



CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAROLINE SANTANA DA FRANÇA

(TRANS)PONDO BARREIRAS DO (CIS)TEMA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE
SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE PESSOAS TRANS EM ESPAÇOS DE PRESTÍGIO

CACHOEIRA – BAHIA

2021

CAROLINE SANTANA DA FRANÇA

CAROLINE SANTANA DA FRANÇA

(TRANS)PONDO BARREIRAS DO (CIS)TEMA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE
SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE PESSOAS TRANS EM ESPAÇOS DE PRESTÍGIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais: Cultura, Desigualdade e
Desenvolvimento, da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia.

Linha de Pesquisa: Identidade e Diversidade
Cultural

Orientador: Prof. Dr. Thiago Barcelos Soliva

CACHOEIRA – BAHIA

2021

F814t França, Caroline Santana da.

(Trans)pondo Barreiras do (Cis)tema Educacional: uma análise sobre as trajetórias de pessoas trans em espaços de prestígio. / Caroline Santana da França. Cachoeira, BA, 2021.

90f.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Barcelos Soliva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: cultura desigualdades e desenvolvimento, 2021.

1. Identidade de gênero na educação - Brasil. 2. Transfobia - Brasil. 3. Minorias sexuais - Educação - Brasil I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 306.43

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**(TRANS)PONDO BARREIRAS DO (CIS)TEMA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE
SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE PESSOAS TRANS EM ESPAÇOS DE PRESTÍGIO**

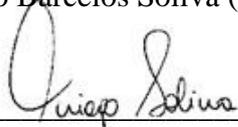
Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Caroline Santana da França

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 31 de novembro de 2021.

EXAMINADORES:

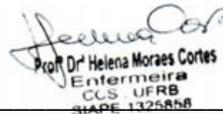
Prof. Dr. Thiago Barcelos Soliva (UFRB – Orientador)



Prof. Dr. Wilson Rogério Penteadó Júnior (UFRB – Examinador)



Profa. Dra. Helena Moraes Cortes (UFRB – Examinadora)



Prof.ª Dr.ª Helena Moraes Cortes
Enfermeira
CCS - UFRB
SHAPE 1325858

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos primeiramente a Deus que me guiou até aqui e por ter colocado pessoas essenciais no meu percurso de Mestrado. Sou grata a ele pela resiliência, por manter a minha esperança e energia para concluir este ciclo. Agradeço aos meus pais por todo apoio, por cada palavra de carinho e de força. É por vocês que dedico todo o meu esforço.

A minha irmã Caline França, por ser fonte de inspiração, minha ligação profunda, única e eterna. A minha amiga e irmã de alma Ana Kelly, por todo incentivo, por segurar minha mão em todas as etapas, por me direcionar e ensinar tanto. Sem você este momento presente não existiria. Você me apresentou o curso, me encorajou e ajudou até o último momento. Você fez parte desse sonho e mais do que isso, vivenciou junto comigo de forma genuína. Essa vitória não é somente minha, é sua também.

Agradeço a meu esposo Emanuel Peixoto, por ser meu grande entusiasta e meu apoio incondicional. Obrigada pelos conselhos, pelo conforto, pelo acalento quando precisei, por me animar e mostrar todos os dias o quanto sou capaz. Você sempre se manteve atento e disposto a aprender sobre a temática da minha pesquisa. Sua atenção e companheirismo foram essenciais.

Aos colegas, Sabrina, Thaise, Vinicius e Matheus por tornar essa jornada mais amena. Sabrina e Thaise meus agradecimentos se estendem a vocês de forma muito verdadeira por significarem grandes presentes que ganhei com a vivência do Mestrado. Vinicius e Matheus meus companheiros de viagem, como sou grata por dividir esse momento com vocês e por cada conversa durante o trajeto Feira de Santana - Cachoeira.

Gratidão as interlocutoras por aceitarem fazer parte deste estudo e por terem me permitido acessar as suas histórias. Aprendi muito com cada uma. Obrigada pela oportunidade de ouvi-las. Agradeço também ao meu orientador Thiago Barcelos por toda instrução e ensinamento. Por fim, a todos os meus familiares e amigos que torceram e acompanharam minha trajetória.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar as trajetórias de pessoas trans em espaços que se vinculam diretamente ao trabalho intelectual. O foco analítico recaiu na forma como essas pessoas articulam sentidos sobre seus processos de transição corporal e social a partir de sua experiência em espaços de educação, desde o ensino básico ao superior, e sua inserção no mercado de trabalho em posições de prestígio social. Para isso, é adotado como principal estratégia de pesquisa o uso da história de vida, construídas por meio de entrevistas em profundidade com três pessoas transgêneras. Duas das entrevistadas se autoidentificam como mulheres trans e outra como travesti, possuindo faixa etária de idade entre 26 e 40 anos. Todas as informantes desta pesquisa conseguiram concluir seus estudos e atualmente ocupam espaços de poder e prestígio social. Foi analisado o percurso escolar e acadêmico bem como os recursos utilizados para se manterem nesses locais marcados pela cis-heteronormatividade. Buscou-se entender como e quando ocorreu seus processos de construção corporal e social, além de ser verificada as violências ora vivenciadas nos âmbitos da educação.

Palavras-chave: Transgeneridade; Educação; Transfobia.

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the trajectories of trans people in spaces that are directly linked to intellectual work. The analytical focus fell on the way these people articulate senses about their bodily and social transition processes based on their experience in educational spaces, from basic to higher education, and their insertion in the labor market in positions of social prestige. For this, is adopted as main research strategy the use of life history, constructed by interviews in-depth with three transgender people. Two of the interviewees self-identify as trans women and another as a transvestite, aged between 26 and 40 years. All informants in this research were able to complete their studies and currently occupy spaces of power and social prestige. It was analyzed the academic and the school trajectory as well as the resources used to remain in these places marked by cis-heteronormativity. It was sought to understand how and when their processes of bodily and social construction have occurred, in addition to verifying the violence now experienced in education.

Key-words: Transgenderedness; Education; Transphobia.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

APA – Associação Americana de Psiquiatria

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CID – Código Internacional de Doenças

CFM – Conselho Federal de Medicina

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNS – Cartão Nacional de Saúde

COVID-19 – Doença do Corona Vírus

CRE Metropolitano – Centro Regional de Especialidades Metropolitano

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

GGB – Grupo Gay da Bahia

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IEDE – Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e Mais

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

STF – Supremo Tribunal Federal

STP – Stop Trans Pathologization

SUS – Sistema Único de Saúde

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

TRAÇADOS INICIAIS.....	10
INTRODUÇÃO.....	13
METODOLOGIA.....	17
Participantes da Pesquisa.....	19
CAPÍTULO 1:	22
ENCARNANDO CONSTRUTOS SOCIAIS	22
1.1. Gênero e sexualidade como construções sociais	22
1.2. Transexualidade, travestilidade ou transgeneridade?	26
1.3. “Existências Patologizadas”.....	32
CAPÍTULO 2:	39
CORPOS TRANS FORA DA PISTA.....	39
2.1. Ciência médica e corpos trans.....	39
2.2. Rua, prostituição e vidas trans na literatura antropológica.....	43
2.3. Rumo aos direitos trans.....	51
2.4. “Intelectuais Trans”	58
CAPÍTULO 3:	61
ELAS NA PELE DELAS	61
3.1. Socializando a Transgeneridade	61
3.2. Cotidiano Escolar: Narrativas de Estratégias e Resistências.....	65
3.3. Ensino Superior: A Realidade De Pessoas Trans em Ambientes Hetero-Cis-Normativos	70
3.4. Trans-formação: A Produção do Corpo Trans	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE	90

TRAÇADOS INICIAIS

Antes de iniciar o debate sobre a construção da pesquisa, gostaria neste primeiro momento me apresentar. Acredito que seja relevante fazer com que o/a leitor (a) conheça o/a pesquisador (a) e sua história. Me chamo Caroline França, nascida e criada na cidade de Cruz das Almas no Recôncavo da Bahia. Filha de Agricultores, sempre convivi com a dádiva de ter pais presentes principalmente na minha trajetória de estudos. Apesar de não terem tido a mesma oportunidade que eu em ter o ensino superior, nunca me faltou incentivos para isso.

Meus pais desde muito cedo trabalham com a agricultura, pois meus avós viviam da terra. Movidos pelo desejo de fornecer uma vida melhor para mim e minha irmã, não mediram esforços para nos fornecer estudo. Sempre estudei em escola pública, desde o ensino fundamental ao médio. Quando completei o segundo grau, em 2011, decidi passar um ano me preparando para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Entretanto, me deparei com a grande dificuldade em passar no curso que queria, não obtendo a nota suficiente para cursar psicologia.

Em meio a frustração, estava disposta a tentar outro curso. Entretanto, fui informada sobre a possibilidade de tentar o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Assim, em 2013, entrei no curso de psicologia pela Universidade Salvador com bolsa 100% pelo FIES. Estava realizando um sonho aos 18 anos de idade, cursando o que realmente queria. Passei cinco anos morando na cidade de Feira de Santana, sendo aluna da primeira turma do curso de psicologia pela Universidade Salvador campus Feira.

Meus pais, com todo esforço custearam minhas despesas durante a graduação. Nesse meio tempo minha irmã mais velha era minha inspiração, pois ela já estava no ensino superior. Eu me espelhava nela! Concluí minha graduação em 2018, e em 2019 passei no Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). No Mestrado, vivenciei um outro universo, distinto da graduação, totalmente desafiador. Me deparei com as delícias e angústias desta experiência. Foi um caminho recheado de surpresas boas e ruins que não caberiam em palavras tudo que senti.

Entreí no mestrado com uma proposta de pesquisa totalmente diferente da qual me dediquei. Algumas modificações foram feitas ao longo desses dois anos quanto a temática da escolarização e atualmente posso afirmar o quanto isso foi bom, pois o rumo que a pesquisa tomou, possibilitou entregar um trabalho muito mais elaborado.

Por ser uma mulher cis, branca e heterossexual, não sinto na pele as injustiças, violências e preconceitos que pessoas trans sentem. Mas, como pessoa cisgênera compreendo que a luta contra a transfobia deve ocorrer de forma coletiva. Pessoas cis como eu, não devem ignorar a existência desse problema social. A cisgeneridade precisa estudar sobre diversidade de gênero, se posicionar contra transfobia e abolir práticas de opressão. É nossa responsabilidade buscar entender isso e ouvir pessoas trans. Não reproduzir transfobia e não silenciar diante de situações transfóbicas é um dever de todos nós.

Pessoas cis precisam reconhecer seus privilégios sociais, entendendo que sua posição identitária foi criada para tentar dar coerência e sentido aos seus benefícios dentro da sociedade. A normalização das identidades cis produz privilégios, e omitir isso é compactuar com a perpetuação de opressões. Viviane Vergueiros, (2016) fala que a cisgeneridade tem uma capacidade de se apresentar enquanto um paradigma adequado a ser seguido, tornando-se útil para pensar os modos de manutenção das relações de poder e continuidade entre sexo, sexualidade, gênero, desejo e práticas sexuais. Sendo assim, a cisgeneridade se articula assumindo uma colocação de “apropriada” e “correta”, colocando a transgeneridade como o avesso disso, produzindo cruéis diferenciações.

São muitas as situações que caracterizam os privilégios das pessoas cis, dentre esses pode-se citar não sermos expulsas de casa pelos pais por conta da nossa identidade de gênero, não sermos discriminadas para vagas de emprego, conseguir concluir os estudos, entre outros. A lista seria exaustiva se fosse elencar cada um. Mas, em síntese pode-se dizer que ser cisgênero é poder viver toda nossa vida sem nunca precisar nos dar conta de que somos pessoas cis, sem jamais precisar nos articular ou nos definir como cis, sendo tão normativa que nem conseguimos notar como nossa identidade cis é um privilégio.

Para finalizar essa apresentação, gostaria de frisar que embora não seja uma pessoa transgênera e me dedique estudar sobre trajetórias trans, considero que posso falar a partir do lugar social que ocupo. Reconhecer o lugar de fala não implica em calar. Nessa pesquisa tive a oportunidade de ouvir pessoas trans e aprender com elas. Obviamente não sinto a dor que essas pessoas sentem, por isso me coloquei no lugar de escuta, para que a partir disso, pudesse debater e me expressar.

A Pesquisa aqui apresentada como requisito para defesa do curso de Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB), se insere na linha de pesquisa Identidade e Diversidade Cultural. Esse trabalho nasce do meu interesse pelo tema, fruto de minhas

inquietações frente ao problema que a população trans enfrenta para acessar alguns ambientes, principalmente os relacionados à educação. Sendo importante dizer que eu, reconhecendo o lugar de privilégio que ocupo dentro da sociedade, penso que posso utilizar deste local para conscientizar sobretudo a cisgeneridade a reconhecer seus privilégios, buscando conhecimento sobre a transfobia e se responsabilizando para o combate da mesma.

Pessoas cisgêneras não podem desconsiderar a sua responsabilidade frente às violências ora vivenciadas por pessoas trans. A cisgeneridade produz transfobia e se faz extremamente necessário a busca por conhecimento de forma crítica para que opressões e práticas coloniais deixem de existir. A luta contra exclusões, preconceitos e discriminações deve ocorrer de forma geral e global. Por isso, destaco a importância de pessoas cis como eu, buscarem conhecimentos sobre a diversidade de gênero, sobre respeito a população LGBTQIA+, contribuindo para não reprodução de violências. Se aliando a causa para além de suas escritas em trabalhos de conclusão de cursos, contribuindo de fato para retirada desta população das malhas da vulnerabilidade.

Deixo evidente que minha intenção jamais é ou será a de usurpar o lugar de fala de pessoas trans. São elas que resistem à normatividade, a transfobia, a marginalização, exclusão, segregação e diversas formas de estigmatização. Sendo assim, peço licença para todas as pessoas trans para falar do lugar que ocupo, tendo compromisso e responsabilidade de discutir como elas constroem suas experiências dentro do espaço educativo.

INTRODUÇÃO

Na estrutura da sociedade, o trabalho é tomado como peça central para a satisfação das necessidades humanas e na produção de relações entre os indivíduos (VASCONCELOS, 2014). No entanto, nem sempre é oferecido a pessoas que fogem do padrão heteronormativo acesso pleno a esse bem social. Considerando essa realidade, é possível afirmar que muitas pessoas transgêneras fazem parte de um grupo que enfrenta o preconceito e discriminação de gênero para conseguir acessar o mundo do trabalho. Durante muito tempo, parece que as possibilidades de trabalho relacionado às pessoas transgêneras estavam circunscritas a um espaço, a rua; e a uma ocupação, a prostituição.

Considerando esse cenário, muitos autores se dedicaram a estudar a vida de pessoas transgêneras (travestis e transexuais) no contexto da rua, como profissionais do sexo. A prostituição até então era entendida como um lugar comum a estas pessoas que estavam à margem da sociedade. É válido ressaltar que muitos desses trabalhos partem da prostituição como um espaço privilegiado de construção de análises e via de acesso às trajetórias de vida de pessoas trans.

Autores como Don Kullick (2008), Hélio Silva (2007) Larissa Pelúcio (2007) e Benedetti (2005) se dedicaram a compreender as vivências trans dentro do contexto da prostituição. Esses trabalhos revelam que entre muitas travestis e transexuais existe uma compreensão de que a prostituição poderia ser considerada um “rito de passagem” ou ainda como uma necessidade de sobrevivência ou até mesmo a única possibilidade de existência dessas pessoas (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007). Pode-se perceber a partir desses estudos, que as pessoas trans, sobretudo travestis, aparecem ligadas ao mercado da prostituição, à violência e aos shows de entretenimento (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007).

Nota-se assim a existência de um grande acervo de trabalhos que se dedicam a apresentar como são as vidas trans “na calçada”, ou seja, inseridas no mercado da prostituição. Kullick (2008), ao analisar o cotidiano das travestis que vivem em Salvador, na Bahia, se dedicou a compreender o dia-a-dia dessas pessoas de forma detalhada. O autor chegou a estabelecer residência entre elas durante o trabalho de pesquisa. Para ele, a existência das travestis é notada em toda a América Latina, mas no Brasil percebe-se um número maior delas, sendo visualizadas não só no espaço social, mas também no imaginário cultural (KULLICK, 2008).

Em seu trabalho fica evidente o lugar marcante de algumas trans no Brasil, como a famosa Rogéria, que contou com uma participação na novela Tieta, e Roberta Close, eleita como a mulher mais bela do país nos anos 1980. Embora aponte o destaque dessas figuras na sociedade brasileira, Kullick (2008) observou que na vida real a presença delas é bem diferente do glamour e fausto dos palcos e programas de televisão. O fato dessas figuras terem tido uma visibilidade e uma delas ter sido eleita como a mais nova paixão do brasileiro, deixa evidente que isso não se configurava como um indício para um povo aberto, sem preconceito (KULLICK, 2008).

O autor assim mostra no decorrer da sua obra que poucas travestis conseguem ser bem-sucedidas, acumular capital financeiro ou ter afeição social. Ele busca mostrar a realidade da maioria delas, como vivem, se comportam e refletem sobre suas existências. O trabalho de Kullick (2008) foi um pioneiro ao se debruçar sobre as vidas das travestis a partir de uma convivência prolongada com elas. Outros trabalhos como os de Hélio Silva (1993) e Neuza Maria de Oliveira (1994) também constituem valiosos registros das trajetórias e vivências dessas pessoas. Partindo de outras metodologias, como entrevistas, esses trabalhos foram profundamente criticados por Kullick (2008), por supostamente ressaltarem apenas o lado mais exótico das suas interlocutoras nas ruas. Para ele, esses trabalhos contribuíram para fortalecer o imaginário social de que as travestis são muito diferentes, estranhas, ameaçadoras, que se deve ter medo delas ou que são dignas de pena.

Embora tenham sido importantes por visibilizar as vivências trans, é comum nesses autores a preocupação com o espaço da prostituição, pois, até então, era considerado o único espaço onde era oferecida a possibilidade de existir e vivenciar a transgeneridade. É possível entender que esse conjunto de produções acadêmicas acabaram favorecendo e fortificando de alguma forma a ideia de que pessoas trans estão relacionadas ao negócio da prostituição, gerando assim um grande estigma, uma vez que se privilegiou esse espaço para a produção de estudos sobre suas vidas. Nesse sentido, isso contribuiu para que pouco fosse evidenciado no campo científico, o fato de algumas trans estarem ocupando locais de prestígio como por exemplo as universidades. Assim, são raros os trabalhos que abordam a transgeneridade presente em ambientes de intelectualidade e prestígio.

O conjunto desses trabalhos hoje considerados clássicos sobre as pessoas trans revelam que os processos de estigmatização vividos por elas exigem uma constante negociação com o social na tentativa de produzirem reconhecimento e respeito às suas demandas sociopolíticas. Considerando esses trabalhos clássicos, é possível perceber que poucos autores se dedicaram

as vidas trans fora da prostituição, sendo pequena as produções científicas que analisaram as suas existências em locais de poder e saber.

Entre essas poucas produções, podemos mencionar o trabalho de Marina Reidel (2013) que mostra a experiência de professoras trans em “A pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira” e o trabalho de Marcos Antonio Torres (2012) que em sua pesquisa “A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais e contemporâneas”, os quais expõem os fatores necessários à permanência das pessoas trans na profissão docente.

Levando em conta essa lacuna, o presente trabalho tem como objetivo central analisar as trajetórias de pessoas trans em espaços que se vinculam diretamente ao trabalho intelectual. O foco analítico recaiu na forma como essas pessoas articulam sentidos sobre seus processos de transição corporal e social a partir de sua experiência em espaços de educação, desde o ensino básico ao superior, e sua inserção no mercado de trabalho em posições de prestígio social.

Para tanto, os objetivos específicos buscam:

- 1- Analisar o percurso escolar e acadêmico, bem como as estratégias e agenciamentos utilizados para se relacionarem com esses locais;
- 2- Entender quando e como aconteceu o processo de construção corporal, se antes ou depois do ingresso no ensino superior;
- 3- Compreender quais as estratégias ou negociações usadas para conseguir se manter em locais pouco ocupados por pessoas trans;
- 4- Examinar as violências vivenciadas em ambientes como escola e universidade.

Sabe-se que, quando uma pessoa trans não consegue vencer a luta pela sobrevivência na escola, âmbito este marcado pela transfobia, fica impossibilitada de avançar nos outros níveis de educação. Assim, enfrentam diversas barreiras também para se inserir no mercado de trabalho pela não conclusão da escolarização básica. Mas, embora os espaços escolares possam se configurar como locais de reprodução e legitimação da transfobia, evidencia-se atualmente que algumas pessoas transgêneras, mesmo diante de todas as adversidades, constrangimentos e violências a que são submetidas, conseguem permanecer nessas instituições e concluem seus estudos (ALMEIDA, 2014). Foi contabilizado em 2018 no Brasil que, cerca de 0,02% da população trans estavam nas universidades, 72% não possuíam ensino médio e 56% não completaram o ensino fundamental (ANTRA, 2020).

Dessa maneira, ainda que seja um número pequeno de pessoas trans nas universidades, estar presente em instituições acadêmicas pode-se configurar como uma nova luta pelo seu

reconhecimento e pertencimento social, uma vez que as imposições heteronormativas presentes nos espaços educativos estão direcionadas também às/aos estudantes. Nesses locais, pessoas trans podem sofrer novos processos de estigmatização, invisibilidade e transfobia, por parte de outras/os alunas/os, de professores e até mesmo dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, impossibilitando e dificultando sua permanência (ALMEIDA, 2014).

A presença da transgeneridade nesses espaços representa assim uma subversão da lógica opressora. O ato de ocupar os espaços que historicamente não eram seus é revolucionário e marcos de resistência. Tendo em vista esse contexto, a problemática que articula esse trabalho de pesquisa, embasa-se nos seguintes questionamentos: Como pessoas trans negociam suas existências nos ambientes educacionais? Quais são suas vivências e experiências possíveis?

É urgente fazer ouvir o que essas pessoas têm a dizer sobre suas próprias experiências. Atualmente, elas/eles são intelectuais, ocupam ambientes de prestígio, possuem capital cultural elevado e são produtoras/es de conhecimento. Portanto, torna-se extremamente importante apresentar, compreender e ampliar o debate desta temática na comunidade científica, mostrando suas singulares narrativas sobre suas trajetórias em locais de poder. É pertinente dizer que o ambiente educacional é considerado nesta pesquisa como um âmbito de prestígio.

A relevância deste trabalho encontra-se em evidenciar a trajetória de pessoas trans no ambiente da educação, exaltando a potência dos corpos transgêneros que conseguem romper as barreiras do sistema educativo conservador e transfóbico. A contribuição desta pesquisa para a sociedade é promover uma reflexão sobre a importância do reconhecimento e valorização das diferenças no espaço educacional, possibilitando uma educação que ampare e acolha pessoas trans.

O texto da dissertação apresenta-se dividida em três capítulos. O capítulo I: “Encarnando construtos sociais” discorre como são fundamentadas a partir de teóricos clássicos questões que permeiam a construção de gênero e sexualidade. Evidenciando como essas categorias foram elaboradas socialmente por meio da lógica binária. É focalizada, a partir do diálogo com autores/as do campo de estudos trans, a noção de transgeneridade, transexualidade e travestilidade. Além de expor como as práticas de binarismo de gênero impossibilitam a existência de identidades trans e, sobretudo, como as patologizam.

O capítulo II intitulado “Corpos trans fora da pista” busca apresentar a partir de autores/as importantes dos estudos sobre vida trans, como foi efetivado na percepção pública a associação dessas pessoas a prostituição. Em seguida é mostrado a atuação do movimento trans no Brasil, evidenciando dados sobre a transfobia e as mudanças na legislação sobre pessoas

trans. Por conseguinte, é trazido a legislação no ambiente universitário. Ao final, é analisado a conversão das pessoas trans de objeto de estudo para sujeitos de pesquisa e de como as mídias sociais estão influenciando na forma como a sociedade percebe atualmente a transgeneridade.

No III capítulo: “Elas na pele delas” é discutido como pessoas trans socializam suas existências desde o primeiro âmbito de socialização que é a família, ao ambiente escolar e universitário. É analisado a trajetória de vida das interlocutoras desta pesquisa, sua relação familiar, construção corporal, percurso escolar e acadêmico. Abordando as narrativas de sobrevivência, resistência e as violências ora vivenciadas no contexto educativo.

METODOLOGIA

A finalidade desta pesquisa está pautada nas análises das trajetórias de vida de pessoas trans no ambiente educacional. Por isso, este estudo possui uma abordagem qualitativa. Adoto como principal estratégia de pesquisa o uso da história de vida, construídas por meio de entrevistas em profundidade com três pessoas trans. De forma sintética, o método de pesquisa denominada história de vida é caracterizado como uma narrativa, relato oral ou escrito, obtido através de entrevista ou de diários pessoais, memoriais e cartas. Com esse material busca-se compreender uma vida, ou parte dela, como possível para revelar e/ou reconstituir processos históricos, fenômenos sociais, através de experiências vividas pelos sujeitos em diferentes contextos (NÓVOA, 1995).

A metodologia da história de vida, surgiu nas ciências sociais na década de 1920 com os estudos da conhecida Escola de Chicago. Bertaux (1999) afirmou que esta metodologia deveria ter um enfoque biográfico, utilizando relatos de vida, empregando a palavra inglesa *story* para designar “a história de uma vida tal como a conta a pessoa que a viveu”. Esta proposta analítica dispensava a análise de fontes externas ao discurso do sujeito que reconstrói suas vivências.

Autores como Pierre Bourdieu se dedicaram a compreender os impactos do uso dessa metodologia nas pesquisas sociais. Em um curto e incisivo texto, Bourdieu (1986) lançou uma forte crítica sobre o que chamou de “ilusão biográfica”. Denunciando que “a história de vida é uma dessas noções de senso comum que entraram de contrabando no universo acadêmico”, ele criticou os estudos que partiam do “enfoque biográfico” de uma certa ausência do que considerava uma necessária objetivação dos dados. Para solucionar esse erro, ele propôs que os esforços acerca do assunto fossem transformados em “estudos de trajetórias”.

Percebe-se que a crítica de Bourdieu diz respeito justamente à ausência nos estudos de história de vida realizados por Bertaux (1999) e seus seguidores de um esforço sociológico para situar a trajetória da vida estudada frente às condições concretas de existência a ela subjacentes (GUÉRIOS, 2011). Nesse sentido, a partir das reflexões acima, o presente trabalho busca lançar mão da história de vida, compreendendo a história das interlocutoras a partir de suas trajetórias. Para isso, é utilizado como técnica de pesquisa as entrevistas em profundidade. A pesquisa contou com um número de três pessoas, as entrevistas foram previamente marcadas e contaram com a condução de um roteiro estruturado.

Nota-se que existe uma questão importante presente nos estudos que empregam a metodologia de histórias de vida. Ela diz respeito às ligações estabelecidas entre uma trajetória individual e o meio social em que ela se desenrola. Essas questões espelham as complexidades do dilema e do dualismo sociedade-indivíduo. É sabido que, as interlocutoras desta pesquisa, uma vez sendo pessoas trans e vivendo dentro de uma sociedade marcada por normas, preconceitos, discriminações, transfobia e violências de toda ordem, supõe terem sido atravessadas por experiências que implicam sofrimentos em algum grau. Dessa forma, busca-se compreender suas trajetórias, suas vivências, os caminhos até a chegada à universidade, compreendendo, sobretudo, o “trabalho do tempo” operado nas suas vidas.

Os trabalhos de Veena Das (1999) constituem importantes referências sobre essas questões. Ela afirma que o “trabalho de tempo” possibilita colocar as pessoas em um processo de reconstrução de suas relações. Assim, o tempo seria um agente importante que trabalha nas relações permitindo que histórias sejam reescritas, reorganizadas ou reelaboradas. Para Das (1999), narrar experiências de sofrimento ou violência oportuniza a organização da experiência, proporcionando ao sujeito a reorganização e reconstrução de sua história.

Nesse sentido, o uso de narrativas se torna um fator importante nesse trabalho, pois irá fornecer a oportunidade das interlocutoras expressarem seus desconfortos vividos na arena social, bem como suas reconstruções advindas a partir disso. A história de si mesmo processada através das narrativas é um procedimento que, sem dúvidas, ajuda a tornar compreensível a experiência de vida, não de forma solitária, mas sim em sociabilidade.

As narrativas das interlocutoras da presente pesquisa permitirão o conhecimento das vidas trans dentro do espaço social e, principalmente educativo, um ambiente intelectual e de poder. Deste modo, verifica-se que as narrativas possibilitam o compartilhamento de histórias, a experiência indizível como alude Das (1999), torna-se dizível através da narrativa e a partir da convicção de que ela pode ser compartilhada. As narrativas de pessoas trans apontam para a

possibilidade de pensar no compartilhamento da dor, e narrar as dores transforma-se em uma tarefa compreensiva. Uma vez que, se pode narrar para compreender, compreender para reelaborar, reelaborar para reescrever. O eterno trabalho da reescrita, como afirma Das sobre as narrativas indianas sobre a Partição (DAS, 1999).

Participantes da Pesquisa

As participantes dessa pesquisa totalizam o número de 3 pessoas. Duas mulheres trans e uma travesti com idade entre 26 e 40 anos. Trata-se de pessoas escolarizadas e com capital cultural elevado. Das 3 participantes uma possui Doutorado, outra Mestrado, e uma possui pós-graduação *lato sensu* em andamento. Quanto a cor/raça das entrevistadas duas se autodeclaram como negras e uma como parda. O período em que ocorreu as entrevistas foi de janeiro a abril de 2021. Em relação a profissão das participantes elas se dividem em: jornalista, pedagoga, e professora de ensino superior.

Nesta pesquisa procurou-se entender a trajetória de vida das entrevistadas, bem como aspectos relacionados a infância, família, formação escolar, universitária e construção corporal. O espaço educacional é entendido aqui como um espaço de poder e por isso, a pesquisa busca evidenciar pessoas trans que conseguiram vencer todos os níveis de educação, desde o ensino básico ao superior, o que lhes proporcionou consequentemente exercerem profissões de prestígio.

No que se refere a estrutura da entrevista foi seguido um roteiro previamente elaborado. O mesmo, estava pautado em discussões em torno dos objetivos da pesquisa. É oportuno ressaltar que o roteiro utilizado não impediu que o diálogo entre respondente e entrevistador se expandisse, servindo o roteiro apenas como um apoio para o direcionamento dos assuntos a serem tratados.

Com intuito de preservar o anonimato e assegurar a integridade das participantes, foi substituído o nome verdadeiro delas por nomes fictícios. Para realização das entrevistas foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no qual foi verbalizado sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados para a sua realização. As interlocutoras também foram informadas que a entrevista seria gravada para posterior transcrição.

A três entrevistas tiveram duração média de 60 minutos, sendo realizada em dias e horários diferentes, seguindo preferencialmente a agenda de cada interlocutora. As entrevistas

ocorreram virtualmente, por meio de video-chamada pela plataforma *Google Meet* em razão da pandemia da COVID-19.

É válido destacar que para chegar até aqui foram contactadas inúmeras pessoas trans que pudessem colaborar com a pesquisa. No entanto, a minha frustração enquanto pesquisadora foi grande ao perceber que as tentativas vinham sendo negadas. É importante frisar que por conta desse impasse, a pesquisa tomou um novo rumo, sendo redirecionada quanto a sua temática.

Inicialmente, a proposta de pesquisa era trabalhar trajetórias de pessoas trans no magistério superior. Como não foi possível em virtude de professores e professoras trans não aceitarem ceder a entrevista, readaptações foram feitas. As interlocutoras que aceitaram fazer parte deste presente trabalho não são necessariamente professoras de universidades públicas, são de diferentes áreas profissionais.

Se torna indispensável expor minhas impressões em relação as dificuldade encontradas ao longo da pesquisa. Sendo mulher cis, branca e heterossexual, sabendo o meu lugar de fala e reconhecendo os meus privilégios dentro da sociedade, percebi que por não fazer parte da população a qual me dedico pesquisar, talvez isso tenha gerado certo desconforto naquelas/es que recebiam o meu convite para participação no trabalho. Entretanto, cabe aqui citar explicações necessárias sobre lugar de fala. Sobre isso, Djamila Ribeiro diz:

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis (RIBEIRO, 2017, P. 46).

Deste modo, entende-se que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. Por isso, a partir deste fundamento, todos nós podemos discutir e refletir de forma crítica sobre diversas temáticas a partir do lugar social onde se está inserida. Lugar de fala é falar a partir do lugar que você pertence. No que se refere a essa questão, Djamila Ribeiro enfatiza:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2017, P. 48).

Uma outra problemática vivenciada por mim a ser pontuada, se refere ao momento pandemico que estamos enfrentando. Sabe-se que professoras e professores estão

sobrecarregados com as demandas que se tornaram maiores em virtude do trabalho remoto. A recusa destes profissionais em participar desta pesquisa muitas vezes surgia acompanhada da justificativa de não terem tempo por conta das obrigações profissionais. Por causa desses obstáculos, fui movida a reelaborar o tema de forma que viesse conseguir outros interlocutores.

A mudança em relação ao foco da pesquisa decorreu das dificuldades em campo, especificamente em acessar professores e professoras trans da rede de ensino superior. Mesmo sendo contactado um número considerável de interlocutores e por várias vezes, todas as tentativas foram frustradas. Desde setembro do ano de 2020 busco contato por meio de ligações e mensagens via whatsapp, entretanto as possibilidades foram se esgotando.

A maioria das mensagens e ligações foram ignoradas. As poucas respostas eram seguidas de alegações de indisponibilidade devido aos muitos compromissos acadêmicos, ou por não terem interesses pessoais em aparecer em estudos relacionados com a temática em questão, ou por motivos de saúde. Respostas como: “tenho muitos artigos publicizados”, “muita coisa o Google ajuda a pensar”, “posso muitos trabalhos publicados, dê uma olhada primeiro no que tenho produzido”, foram dadas a mim, forçando a mudança quanto ao tema da pesquisa.

CAPÍTULO 1:

ENCARNANDO CONSTRUTOS SOCIAIS

1.1. Gênero e sexualidade como construções sociais

As diferenças entre homens e mulheres e a forma como essas diferenças são convertidas em desigualdades constituíram o centro das preocupações de um conjunto de autoras feministas. Isso porque, a elaboração do binarismo universal estruturado sobretudo no valor da moral e da visão tradicionalista, impôs sobre os corpos categorias fixas e consolidou a ideia de que todos os indivíduos são assimilados às dicotomias: homem x mulher, masculino x feminino e macho x fêmea.

Uma das principais implicações do binarismo de gênero está relacionada aos privilégios concedidos aos homens em detrimento das mulheres. Joan Scott (1994) afirma que gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que, por sua vez, se constituem no interior de relações de poder. A autora afirma:

Tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento característico das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado as relações de poder (SCOTT, 1994, p. 13).

Já Gayle Rubin (1975), em seu texto o “Tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo”, discute e formula o conceito de sistema sexo/gênero, apresentando este como um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto de atividade humana. A autora desenvolve um instrumento de análise no qual sugere que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas sim construções de cada umas das espécies humanas.

Scott (1994), elabora uma crítica sobre a análise de Rubin, afirmando que a mesma comete um erro ao reduzir gênero ao sistema de parentesco. Mas, para Rubin (1975), as noções de troca de mulheres e sistema de parentesco evidenciadas por Claude Lévi-Strauss são conceitos importantes e poderosos, uma vez que põe a opressão das mulheres dentro de sistemas sociais, em lugar da biologia, e de forma nítida se configura num sistema de sexo/gênero. De acordo com Rubin (1975), muito do que se declara sobre sexualidade e gênero é baseado no sistema de parentesco, devido a ligação destes ao “tabu do incesto”, a ‘heterossexualidade obrigatória’ e à divisão assimétrica dos sexos.

Scott (1994) propõe uma noção mais ampla de gênero, incluindo não só as relações de parentesco, mas também o mercado de trabalho sexualmente segregado, a educação enquanto instituições socialmente masculinas e ainda o sistema político. Para Scott, as relações entre os sexos são construídas socialmente, privilegiando o sujeito masculino. Em vista disso, percebe-se a existência de uma articulação entre construção social com a noção de poder que está interligado intimamente a produção de gênero (SCOTT, 1994).

Assim, pode-se entender que a lógica do binarismo de gênero estabeleceu bases para que as questões de gênero fossem naturalizadas. Sendo possível notar que inúmeras das relações de poder que foram referidas à diferença entre os sexos na sociedade foram legitimadas e naturalizadas ao longo tempo. Mesmo dentro da teoria feministas, percebe-se ainda que a noção de gênero ainda se ampara em uma perspectiva biologizante das diferenças sexuais. Essas ideias colaboram para a preservação de opressões ao construir a hierarquias de valor nas quais algumas condutas de gênero são tomadas como normais (naturais) e outras anormais (LOURO, 2004). Posto isto, entende-se que essa visão binária só serve para controlar corpos e subjetividades.

Deste modo, no que se refere ao gênero e as diferenças estabelecidas entre o masculino e o feminino tem sido extremamente controladas. Percebe-se que desde o nascimento meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são codificados, e a seguir adequadas convenções de gênero. Os estereótipos de gêneros são ensinados e naturalizados durante toda a infância. Além disso, dentro da sociedade em que vivemos há uma propagação da convicção de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Entretanto, é importante afirmar que essa construção do sexo não é um fato biológico, e sim social (JESUS, 2012).

Considerando essas questões, Judith Butler (2017) afirma que se o sexo é estruturalmente “natural” como declara o binarismo, e o gênero socialmente construído, então o próprio conceito e entendimento de macho e fêmea na espécie humana, o próprio saber biológico formulado para explicar a natureza humana é um dado culturalmente localizado. Nesse sentido, quando se contesta essa rigidez do sexo chega-se à conclusão de que essa dimensão é tão cultural quanto o gênero, posto que o sexo é um dado cultural estabelecido para designar a natureza dos corpos.

Para Butler (2017), gênero e sexo foram construídos socialmente, pois entende-se que a biologia é uma ciência feita por humanos e, como tal, é interpretada pela visão de mundo destes que logo estão inseridos em contexto sócio-histórico-cultural. A autora afirma que sexo é gênero, uma vez que, as interpretações que se elaborou sobre sexo biológico gerou as bases para o que se compreende por gênero e os comportamentos tidos como femininos e masculinos.

Nesse sentido, desde cedo os corpos são disciplinados a funcionar de acordo com o enquadramento imposto pela sociedade, a ser homem seguindo a conduta determinada socialmente ao gênero masculino e a ser mulher seguindo as imposições sociais que se enquadra ao gênero feminino. A partir disso, entende-se também que a sexualidade foi tão controlada quanto o sexo/gênero. E que através da lógica binária, foi instituído a heterossexualidade como a única forma correta de se vivenciar a sexualidade.

Para Butler (2017) existe uma prática reguladora de gênero que estabelece uma coerência entre sexo-gênero-sexualidade. Essa prática reguladora apoia-se em uma estrutura de sentidos na qual o sexo determina o gênero, a prática sexual e o desejo. Desse modo, é instituído um ideal normativo que a autora chamou de “gêneros inteligíveis” que são aqueles/as que se mantêm em conformidade, em relação de concordância e coerência entre as instâncias citadas acima. Essa ação reguladora é baseada em estruturas binárias que impõe homem/masculino e mulher/feminino como opostos complementares, sendo dois sexos e dois gêneros ligados com a matriz heterossexual.

Butler (2017) mostra que as normas que tornam os “gêneros inteligíveis” acabam por impossibilitar a existências de “certas” identidades. Sendo estabelecido através de leis culturais que somente as identidades inteligíveis são válidas. As performances em que o gênero não decorre do sexo e as práticas do desejo não decorrem nem do sexo nem do gênero estão na contramão do que se considera “normal” e passam a ser vistas como subversivas e encaradas como uma desordem do gênero.

É importante expor que para Butler, o gênero é performativamente produzido. Para a autora, o gênero não constitui uma essência, uma substância fixa, estável, ou uma natureza inviolável. Gênero é performance constituída por atos cotidianamente repetidos e estilizados. A exemplo disso, podemos refletir sobre as travestis que desmistificam a naturalização de gênero. Butler explica que:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2017, p. 201).

Percebe-se a partir disso, que a matriz de inteligibilidade possui uma aliança específica com o sistema de heterossexualidade compulsória. Isso porque, passou a ser oprimida as identidades que não possuem relação de coerência entre sexo-gênero-prática sexual e desejo, e as identidades que seguem essa estrutura de coerência e continuidade passaram a ser facilmente

aceitas socialmente obviamente por serem reguladas por essas práticas que as mantêm dentro da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017).

Segundo Butler (2017), a coerência e continuidade que os gêneros inteligíveis apresentam, imprime o padrão hegemônico da heterossexualidade compulsória e toma as outras identidades de gênero como errôneas por não se adequarem às normas de inteligibilidade cultural. No entanto, é importante ressaltar que de acordo com a autora, o crescimento das identidades julgadas como “não adequadas” possibilitam a refutação da própria matriz de inteligibilidade e dos termos utilizados para com essas identidades “abjetas”, como matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero.

Posto isso, nota-se que o gênero é um processo, algo que está aberto a interferências, a diversas acepções e a matrizes de significações inteligíveis. Desta forma, se faz necessário explicá-lo, evidenciando como o mesmo se estabelece dentro de sistemas criados para policiá-lo e limitá-lo. A partir disso, pode-se refletir que a noção de sujeito está aberta a várias possibilidades de ser e existir, mas que são excluídas por esses sistemas que engessam e controlam o gênero e também a sexualidade.

Como é possível perceber, uma das principais contribuições dos debates feministas à teoria social é a ideia de que gênero é uma construção social e histórica. De igual modo os debates sobre a sexualidade empreendidos por Michel Foucault ajudaram a consolidar a ideia de que a sexualidade é produzida por discursos, portanto é histórica e socialmente constituída por relações de poder-saber.

Compreende-se que a sexualidade sofre grandes interferências principalmente das diversas formas de socialização, como por exemplo a família, escola, religião e meios de comunicação em massa. Nota-se que essas instituições de saber e poder tomou a sexualidade a partir do padrão da heterossexualidade, designando para a sociedade uma norma a ser seguida, uma vez que, o ato sexual deveria ter finalidade reprodutiva. Com a sexualidade totalmente fiscalizada, a sociedade passa então a funcionar de acordo com este enquadramento.

Nesse sentido, como aponta Foucault, os sujeitos desviantes desta norma são subjugados por meio das instituições sociais, a partir da institucionalização dos conceitos de “normal”, “natural” e “comum”. A questão da homossexualidade, por exemplo, passou a ser ponderada e considerada como um objeto de análise médica, e esse foi o ponto de partida para introjeção de novas intervenções e controles. Os homossexuais passaram a ser percebidos como loucos ou doentes do instinto sexual, assim a estratégia do dispositivo produziu a patologização do homossexual (FOUCAULT, 1984).

Para Foucault *apud* Butler (2008), a sexualidade é um sistema histórico aberto e ao mesmo tempo um complexo discurso de poder. A sexualidade foi colocada no centro da existência, e o ato sexual nas sociedades cristãs tornou-se algo que era preciso confessar, examinar, vigiar, e transformar em discurso (FOUCAULT, 2006). Como é possível perceber, tanto a sexualidade quanto o gênero são construções sociais, e que não devem ser vistos como um processo biológico relacionado a desejos e vontades, mas sim como um processo complexo relacionado com o contexto sociocultural.

1.2. Transexualidade, travestilidade ou transgeneridade?

Considerando gênero e sexualidade como construções sociais, para uma melhor compreensão deste trabalho, se faz necessário esclarecer as tensões e problemas de classificação que envolvem gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Gênero é um conjunto de características sociais e culturais ligadas às percepções de masculinidade e feminilidade. Sendo um fenômeno inconstante e uma construção social. A identidade de gênero está relacionada ao gênero com que a pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído no seu nascimento. A identidade de gênero é construída e vivida na relação entre o indivíduo e o social. Chama-se de cisgênero as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer. Denomina-se as pessoas não-cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero ou trans (JESUS, 2012).

Transgênero constitui um conceito “guarda-chuva” que serve para abranger um grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus distintos, seja em comportamentos e/ou expectativas esperadas do gênero que lhes foi designado ao nascer. A noção de transgeneridade abarca identidades como as travestis, transexuais e pessoas transgêneras, posto que nem todas/os que transicionam no gênero se reconhecem como travestis ou transexual. Algumas pessoas fazem uso do termo *queer*¹, outros, usam a antiga denominação andrógino ou reutilizam a conotação transgênero (JESUS, 2012).

¹ O termo *queer* surgiu no final dos anos 80 especialmente nos Estados Unidos. Era tido inicialmente como algo pejorativo, insultoso, negativo e agressivo contra pessoas que rompiam as normas de gênero e sexualidade (JAGOSE, 1996). Louro (2017) salienta que o termo *queer* teve seu significado ampliado nos anos 1990 e passou a ser usado “no âmbito teórico e político para indicar uma posição ou disposição de contestação e de não conformidade em relação às normas, processos de normalização ou cânones de qualquer ordem” (LOURO, 2017, p.37). Pode-se entender que *queer* possui dois aspectos importantes: de um lado, é uma atitude existencial que se apresenta no comportamento transgressivo que infringe a heteronormatividade, e de outro, é uma teoria que busca estabelecer princípios e criar dispositivos que levem a ruptura de valores impostos pela sociedade.

De acordo com Jesus (2012), é possível analisar a “vivência do gênero” como identidade, como no caso de transexuais e das travestis; e a vivência do gênero como funcionalidade, sendo constituído por *crossdressers*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas (JESUS, 2012). Considerando as análises dessa autora, nesse estudo partiremos da vivência do gênero como identidade, abrangendo especificamente a trajetória de pessoas transexuais e travestis.

A orientação sexual está relacionada com o gênero pelo qual a pessoa desenvolve atração sexual e afetiva. Relações entre pessoas do gênero oposto se configura uma orientação heterossexual. Relações entre pessoas do mesmo gênero é orientação homossexual. Entretanto pode existir pessoas que sentem atração sexual e afetiva por ambos os gêneros, tendo orientação bissexual (JESUS, 2012).

Cabe aqui destacar algumas contribuições de autores/as importantes que trouxeram um entendimento sobre as identidades travestis e transexuais. No entanto, é válido frisar que não é minha intenção construir uma definição rígida, estática ou engessada sobre o que é ser travesti ou transexual. Sendo importante destacar que não existe um consenso sobre o que é ser travesti e transexual. O intuito é mostrar como a literatura especializada, incluído as etnografias, colaboraram para a construção de definições sobre essas pessoas.

É importante salientar o quanto a noção abrangente de identidade de gênero, e os estudos relacionados a essa temática foram significativos para dar visibilidade a transgeneridade, uma vez que esse olhar plural e fluido vem quebrando paradigmas que enquadram e põe limites a essas pessoas. Foi através dos avanços dos estudos de gênero, que se pôde apontar incoerências na concepção binária, e colaborar para a desnaturalização do gênero (BENTO, 2006).

Jesus (2012) traz em seu trabalho intitulado “Orientações sobre identidade de gênero conceitos e termos”, um entendimento sobre travestis enquanto pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas que não desejam ser mulheres. As travestis se reconhecem como membros de um terceiro gênero ou de não-gênero. É válido acentuar que travestis, preferem ser tratadas através de pronomes no feminino. Dessa maneira, devem ser referenciadas como as travestis (JESUS, 2012). As pessoas que se identificam como travestis em nossa cultura são bastante estigmatizadas, visto que no senso comum são tidas de forma generalizada como profissionais do sexo.

Para Don Kullick (2008), a característica singular das travestis gira em torno da adoção de traços físicos femininos e subjetividade homossexual masculina. Segundo o autor, isso as fazem serem originais e únicas em todo o mundo. Para ele, as travestis são homossexuais,

homens que desejam outros homens e que alteram seus corpos de forma irreversível para que tenha semelhança com o sexo oposto, mas sem demandar a subjetividade própria do sexo oposto. Dessa forma, as travestis não desejam ser mulheres e não querem retirar seu genital masculino.

De acordo com o autor, pode-se entender que travesti é derivado do verbo transvestir, que, porventura, tem sentido de vestimenta, de vestir roupas do sexo oposto, por fazer uso de roupas de mulher. Entretanto, a característica de maior importância das travestis é que elas aderem não só vestimentas femininas, mas também nomes associados ao feminino, além de roupas, maquiagens, penteados, pronomes de tratamento e transformam seus corpos consumindo hormônios femininos (KULLICK, 2008).

A transformação corporal é um fator importante para as travestis. O objetivo dessas intervenções é de construir uma aparência física feminina. Os seios compõem uma tecnologia de gênero indispensável a esse processo. Em função disso, as travestis fazem uso do silicone em várias partes do corpo, adotando aparência feminina.

Para Carvalho (2018), existem outros processos de produção da diferença que se relacionam às vivências travestis, como aquelas promovidas pelas intersecções entre raça, classe e gênero. Segundo o autor, existe a hipótese de uma distinção na origem do processo de estigma entre as travestis e transexuais. Isso porque, as travestis são consideradas pervertidas a partir do olhar da moral da sociedade e pessoas transexuais são colocadas diretamente na categoria médico-psiquiátrica. É notório, assim, que os diferentes rótulos vinculados na construção dessas identidades repercutem conseqüentemente na constituição de distintas trajetórias de vida.

Ser uma pessoa que “desvia da moral”, como no caso das travestis, exige um manejo e negociação constante com as redes sociais ligadas a marginalidade. Enquanto ser considerado(a) um/uma “doente mental”, como são julgadas as pessoas transexuais, implica uma conexão total ou parcial de uma vivência medicalizada, que certamente passa por um processo de construção identitária correlacionada com os saberes e práticas médicas (CARVALHO, 2018).

Constata-se que ser medicamente rotulado(a) pode acarretar um certo privilégio em relação a não responsabilização por sua condição, e isso distingue o/a “doente mental” da “desviante moral”. Assim, observa-se, que as imorais e pervertidas são julgadas socialmente como as responsáveis por sua condição, merecendo todas as violências que as acometem, como no caso específico das travestis. E o/a “doente mental” é passível de compaixão, não sendo

responsável por isso, mas tendo a obrigação de colaborar com as ações médicas com o objetivo de obter melhora (CARVALHO, 2018).

É possível perceber a partir disso que o diagnóstico de “transexualismo” delimitou diferenciações marcantes para transexuais e, conseqüentemente, para travestis. Para a pessoa transexual, foi designado um lugar de doente além de estabelecer uma performance feminina. E para as travestis, um lugar marginal e abjeto, decorrente do resultado da calúnia social a elas, determinando uma performance feminina totalmente distinta. Enquanto as travestis são as “ousadas”, associadas a prostituição e que mostram uma “feminilidade pombagira”, as transexuais representariam uma “feminilidade burguesa”, mais recatada, discreta e delicada (CARVALHO, 2018).

A “rotulação marginal” das travestis e a “rotulação medicalizada” das trans produziu distinções relacionadas aos seus corpos. As transformações corporais das travestis, julgadas constantemente como exageradas, aparecem como requisitos para sua profissão, a prostituição. Já as transexuais por terem uma relação com a medicalização, parecem construir seus corpos dentro de um enquadramento mais aproximado do que a sociedade julga como “natural”. Observa-se que um dos pontos que distinguem as identidades travestis e transexual podem ser compreendidos em ligação com a moralidade e com a medicalização (CARVALHO, 2018).

Assim, foi construído culturalmente a noção de que as travestis são um grupo de pessoas de classe social inferior, que trabalham como profissionais do sexo e que são totalmente desinibidas em relação ao seu corpo. E as mulheres trans são vistas com mais tolerância, sendo de uma classe mais alta, não precisam trabalhar na “calçada” e são consideradas doentes. Nas classes mais populares existiria uma intolerância relacionada a dissidência, estando percebida como uma “safadeza” ou “pecado”, repercutindo na expulsão da pessoa do seu próprio lar (CARVALHO, 2018).

A travesti supostamente encontraria refúgio e acolhimento de uma cafetina, e teria a oportunidade ou certa obrigação de uma construção corporal dentro de ambientes de prostituição. A prostituição seria deste modo, um local onde se tem maior aceitação do corpo e também do pênis. Em contrapartida, nas classes médias e altas, haveria uma maior aceitação à dissidência de gênero, sendo notada como algum tipo de transtorno de ordem psicológica ou um problema de ordem médica. Necessitando de medicalização da experiência de trânsito de gênero (CARVALHO, 2018).

No que se refere a transexualidade, autoras como Jesus (2012), salientam a importância de não ser considerada como uma doença mental e nem uma perversão sexual. Além disso, ela

destaca que a pessoa transexual deve ser tratada de acordo com o gênero que se identifica. Assim, existe “mulher transexual” e “homem transexual”. O termo genérico transexual, caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no seu nascimento. É válido evidenciar que uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, isso dependerá do gênero que adota e do gênero em relação ao qual se sente atraído afetivo-sexualmente.

A literatura especializada, sobretudo a psiquiátrica, tratou de definir a pessoa transexual como aquela que sente que seu corpo não está em conformidade com a forma que pensa e sente e quer corrigir isso adequando-o ao seu estado psíquico. Isso pode acontecer de várias maneiras, como, por exemplo, fazendo tratamento hormonal ou optando por realizar a cirurgia de transgenitalização. É importante evidenciar que para muitas/o transexuais a transformação do corpo através do uso de hormônios já é suficiente para se sentir em concordância com sua identidade. Dessa forma, é importante frisar que nem todas as pessoas transexuais reivindicam a cirurgia de transgenitalização. Conforme analisa Bento (2006), “o que faz um sujeito declarar que pertence a outro gênero é um sentimento” (BENTO, p 23. 2006).

Entende-se como homens trans, as pessoas que são consideradas como mulheres desde o seu nascimento, mas que demandam o reconhecimento social ao gênero masculino, e como mulheres trans as pessoas consideradas como homens desde seu nascimento, mas que reivindicam o reconhecimento social ao gênero feminino. A cirurgia de transgenitalização, portanto, não se configura como um marcador para construir essa diferença.

O movimento de pessoas transgêneras vem nos últimos anos questionado certas definições acerca das vivências trans produzidas a partir de campos de saberes como a psicologia, psicanálise e psiquiatria. Conduzindo críticas endereçadas à medicalização dos corpos, este movimento revelou a existência de um controle dos corpos trans atrelado ao poder biomédico e psiquiátrico (BAGAGLI, 2016). Esses questionamentos têm recaído na forma como esses campos de saber estabelecem estudos acerca dos corpos e identidades transgêneras.

Existe em relação a população transexual um discurso oficial embasado sobre o saber médico, descritos nos principais manuais de diagnósticos, como o Código Internacional de Doenças (CID 10) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V). Esses documentos tendem a patologizar as vivências trans. Segundo o DSM V, “indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento) e o gênero experimentado/expresso” (APA, 2014). Uma das principais implicações desses documentos é

a percepção de que travestis e transexuais são automaticamente consideradas/os como anormais ou doentes (BUSIN, 2015).

De acordo com Bento (2006), o ato de designar uma pessoa de transexual implica inferências e suposições sobre ações apropriadas e, também, não apropriadas que os/as transexuais devem possuir em suas práticas. Dessa forma, o diagnóstico da transexualidade é realizado por meio de exaustiva avaliação que engloba um apanhado completo sobre o histórico do caso, testes psicológicos e acompanhamento terapêutico.

Nesse sentido, as pessoas trans para terem acesso a políticas públicas, e para ter direito ao seu corpo, são atravessadas por diferenças que sobretudo as violam enquanto seres humanos e as patologizam. Além disso, o fato de se vivenciar a experiência transexual, colocam essas pessoas na arena de marginalização por estarem de fora das normas de gênero (BENTO, 2006). Dessa maneira, nota-se que a noção de identidade de gênero foi importante para dar visibilidade trans, mas ao mesmo tempo os campos de saber e poder ainda demarcam diferenciações cruéis sobre essa categoria.

Percebe-se que as pessoas trans passam pelo crivo do poder médico para afirmarem suas identidades de gênero. Para existirem é necessário um diagnóstico médico capaz de produzir reconhecimento e legitimação sobre suas vidas. Assim, evidencia-se que existe uma luta constante das pessoas trans pelo seu direito à identidade. Esse direito está profundamente atrelado ao saber médico, uma vez que ainda é através da autoridade da medicina que se concede a existência das pessoas trans no Brasil e, também, em outros locais do mundo (TORRES; PRADO, 2014).

Bento (2006) destaca que os discursos médicos têm elaborado a transexualidade, considerando como um tipo de transtorno de gênero a partir das normas de gênero. A autora explica que a transexualidade vem sendo arquitetada através de discursos que a relacionam a uma doença, pois pessoas trans são classificadas como doentes, não somente no Brasil, mas também em outros países.

É importante tornar evidente também a existência de uma escala de aceitação. As mulheres trans por exemplo para serem aceitas em sociedade depende muito daquilo que pode ser chamado de “passabilidade”, ou seja, o quanto esta pessoa passa despercebida pelo social, podendo ser confundida com uma mulher cis. Nesse sentido, quanto mais mulheres transexuais e travestis se distanciam do perfil feminino padronizado mais irão sofrer discriminação em sociedade.

É observado assim, algo comum na vida de todas essas pessoas que não se enquadram nas normativas de gênero. São sujeitos que de forma constante passam por processos de estigmatização e enfrentam dificuldades diárias na arena social por serem impossibilitados de exercerem seus direitos fundamentais. Encontrando empecilhos para serem respeitadas/os como todos os demais cidadãos.

A luta crucial da pessoa trans se refere ao seu direito a identidade de gênero, ao seu próprio corpo, ao trabalho e, também, ao acesso à educação. A prevalência do binarismo nas práticas sociais retirou desses sujeitos a garantia da sua cidadania. As experiências de estigmatização vividas pelas identidades trans, corroboram para o enfraquecimento de suas vivências na sociedade, visto que essas experiências não se restringem ao espaço doméstico ou familiar, mas se estendem pelas vizinhanças, escolas, hospitais, serviços de saúde e segurança pública. Portanto, se processam nos mais diversos espaços de circulação da vida social das travestis e transexuais (PERES, 2011).

1.3. “Existências Patologizadas”

Verifica-se que nos espaços sociais principalmente hospitais e clínicas que prestam atendimento a pessoas trans são locais onde mais operam o conceito de gênero binário dentro das equipes multidisciplinares. É constatado um certo despreparo dos profissionais de saúde que em sua maioria não sabem lidar com este público. Muitos destes, desconhecem pessoas transgêneras, seu contexto social, suas necessidades de saúde e outras interseccionalidades que influenciam suas vidas. O fator problemático reside em ser estes profissionais, os responsáveis pela produção de diagnóstico sobre os seus corpos.

Nota-se que as múltiplas expressões de gênero ganharam ao longo do tempo visibilidade. Entretanto, dentro da sociedade as identidades trans (travestis, transexuais e transgêneros) são tratadas com indiferença além de serem patologizadas. A partir da ordem de gênero se estabeleceu normas socialmente aceitas do que se considera correto para homens e mulheres. Atualmente, percebe-se que essas normas de gênero impregnadas na sociedade, utilizam de violências tanto físicas quanto simbólicas para se manterem dentro das estruturas consideradas normais. Dessa maneira, os gêneros dissidentes são patologizados e agredidos constantemente através das normativas de gênero existentes no sistema social (BENTO, 2006).

Assim, fica evidente que a patologização das pessoas trans faz parte de um processo de produção de marginalização, local habitado por seres abjetos, que ali são designados a

permanecer. Logo, este é o cruel destino por estarem supostamente subvertendo as normas de gênero, pois as sociedades reservam lugares e/ou punições para essas pessoas.

Os gêneros aceitos com facilidade obedecem a seguinte lógica: vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculinidade. A heterossexualidade por sua vez, dá unidade às diferenças binárias entre os gêneros. E a naturalização disso tudo, é o complemento, a prova de que a humanidade em si é necessariamente heterossexual e que os gêneros só têm sentido quando associados às capacidades inerentes de cada corpo. No entanto, a transgeneridade rompe esta coerência.

Esta concepção binária dos gêneros desconsidera as subjetividades do gênero masculino e feminino e universaliza os sujeitos, atribuindo-lhes determinadas características que sugerem ser compartilhadas por todos os homens e por todas as mulheres. Bento (2006), aponta que um dos problemas desse tipo de construtivismo foi ter tornado o que se refere corpo-sexo uma matéria fixa, sobre a qual o gênero viria dar forma e significado, dependendo da cultura ou do momento histórico, gerando um movimento que a autora chamou de essencialização das identidades.

A partir desse movimento, é possível perceber a existência de uma junção, uma ligação, no sentido de que o corpo espelha o sexo, e o gênero só pode ser compreendido, adquirindo forma, quando referido a essa relação. Entretanto, os atos performativos de gênero que se articulam fora dessa ligação são colocados às margens, analisados e considerados como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, ou coisas esquisitas (BENTO, 2006).

As implicações políticas dessa forma de perceber o gênero são diversos nas vidas de pessoas trans. Uma dessas implicações está relacionada à produção de políticas públicas. É possível perceber um atraso no que se diz respeito a políticas públicas para pessoas trans. De acordo com Bento (2006), as políticas públicas para os homens transexuais por exemplo não avançaram muito. Apesar de estarem presentes nas filas dos hospitais esperando para realizarem as cirurgias de mastectomia e histerectomia, não podem realizar a cirurgia de construção do neofalo porque foram excluídos das Portarias nº. 1.707/GM10 e Portaria nº. 457/SAS11 que normatizaram as cirurgias de transgenitalização pelo SUS. Isso devido ao Conselho Federal de Medicina considerar as cirurgias demandadas por eles (a neofaloplastia) como ainda experimentais (BENTO, 2006).

A partir disso, pode-se refletir que as políticas públicas para homens trans estão orientadas pela concepção do binarismo de gênero, validando apenas corpos de homens

cromossomaticamente XY como sendo os legítimos representantes da masculinidade. Pois, a ciência se mostra não muito apressada para criar novas tecnologias que possibilitem o aprimoramento de técnicas para a construção do neofalo para os homens transexuais (BENTO, 2006).

Para Braz (2019) existe um desafio em relação aos locais que realizam as cirurgias de redesignação sexual. Em seu trabalho, cita que alguns hospitais como por exemplo o Hospital das Clínicas da UFG, em maio de 1999, estava fechado para atendimentos por falta de recursos desde 2012. Dessa forma, por conta da ausência de subsídios, muitas pessoas trans aguardavam muito tempo por atendimento. Além disso, o autor destaca que muitos homens trans relatam não receberem assistência adequada quando procuram o serviço de saúde.

Em termos de políticas públicas para homens trans, especialmente no que se diz respeito a questão do acesso a serviços de saúde pode ser considerado como defasado. Lidar com a espera é um dos aspectos que mais acometem pessoas trans, pois o tempo é uma questão presente nas suas experiências. A temporalidade aparece nas críticas relacionadas a obrigatoriedade de no mínimo dois anos de acompanhamento psicológico para a possível obtenção de um laudo para entrar na fila para cirurgias no âmbito do processo transexualizador. Está também nas expectativas acerca dos efeitos da hormonioterapia e permanece na fila para entrar no processo transexualizador, uma vez que os escassos serviços gratuitos para a atenção à saúde trans estão sob o risco constante de fecharem suas portas (BRAZ, 2019).

De acordo com Pereira & Chazan (2019), os serviços de saúde que atendem pessoas trans são notados como locais onde ocorrem de forma persistente desigualdades e preconceitos. Observa-se que não funcionam como ambientes de acolhimento e proteção como deveriam ser. Sendo que o próprio linguajar médico estabelece barreiras que mantém um certo distanciamento com os usuários, reforçando de maneira precisa o afastamento social existente com essas pessoas.

Nota-se que a modificação corporal, seja esta hormonal ou cirúrgica, é uma das necessidades em saúde das pessoas trans. Desse modo, as questões de acolhimento, assistência sem discriminação e completo cuidado deveriam ser ações indispensáveis nos locais de atendimento. No entanto, o acompanhamento da equipe médica é marcado muitas vezes por preconceitos e com foco direcionado ao risco de infecção por HIV, colaborando para o distanciamento de pessoas trans dos serviços de saúde. Como resultado dessas dificuldades de acesso muitos transgêneros acabam se automedicando (PEREIRA; CHAZAN 2019).

Profissionais aptos e capacitados para cuidar de pessoas trans devem se tornar uma realidade para que se elimine o preconceito e discriminação dentro dos próprios locais de cuidado à saúde. Essa mudança garantiria o acesso dessa população aos serviços e reduziria os riscos físicos e emocionais que as/os acometem. A formação do profissional em saúde deve estar alinhada com a importância de compreender as subjetividades, a diversidade de gênero e os problemas de estigmatização no processo de saúde e adoecimento dessas pessoas (PEREIRA; CHAZAN, 2019).

As práticas profissionais não devem ser orientadas pelo binarismo de gênero, e a dependência de um laudo psiquiátrico liberando ou autorizando a pessoa realizar os procedimentos cirúrgicos, destacando o medo dos médicos de um arrependimento no pós-operatório transexualizador tira a autonomia das pessoas trans. Essa atuação profissional ultrapassada, retira o direito da pessoa ao seu próprio corpo, e de decidir sobre os procedimentos que deseja. As transformações nas práticas profissionais forneceriam assim mais autonomia ao usuário e o cuidado seria centrado na pessoa e em suas necessidades (PEREIRA; CHAZAN, 2019).

Atualmente, uma das principais políticas públicas relacionada à população trans é aquela voltada ao combate e controle do HIV/AIDS. Nesse caso, as mulheres trans fazem parte da política de combate à feminilização da epidemia. Existe uma extensa literatura envolvendo estudos epidemiológicos de mulheres transexuais profissionais do sexo, e, também, sobre as travestis, produzidos principalmente com o foco em HIV/AIDS. Esses estudos mostram as melhores técnicas de previsão e adesão ao tratamento farmacológico para o controle do vírus HIV. Conforme analisa Bento (2006), essa preocupação faz entender que essa população só se torna de fato importante para as políticas públicas de saúde quanto podem representar um risco ao exercício da sexualidade dos casais heterossexuais.

Nesse contexto, fica nítido que a experiência trans é orientada por uma concepção patologizante de gênero. O processo transexualizador constitui importante registro dessa concepção. Para realizar a cirurgia de transgenitalização é necessário submeter-se a um rigoroso protocolo orientado pelo poder biomédico, que inclui terapia psicológica obrigatória, realização de testes psicológicos, uso obrigatório de roupas do gênero identificado. O “teste da vida real”, por exemplo, determina às/aos candidatas/os uma estética apropriada para o gênero considerado normal. Este protocolo determina que pessoas identificadas como trans devem se vestir com roupas de gênero identificado. Esse conjunto de procedimentos revelam que dentro do contexto hospitalar, a equipe médica, opera noções disponíveis no social sobre masculinidades e

feminilidades, posicionando os “corpos em trânsito” na ordem dicotomizada dos gêneros (BENTO, 2006).

A transexualidade como patologia está presente no Código Internacional de Doenças (CID-10) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) sendo estes os principais documentos que orientam as atuais políticas públicas para o processo transexualizador realizado nos centros de referência. Na quinta edição do DSM, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) estabeleceu que as “controvérsias” relacionadas à sexualidade deveriam ter uma categoria própria que passou a ser chamada de “disforia de gênero”. Ambos os manuais definem a “disforia de gênero” como um desconforto ou sofrimento causado pela incongruência entre gênero atribuído ao nascimento e o gênero expresso pelo indivíduo.

Atualmente, os estabelecimentos habilitados junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) para prestar assistência especializada no Processo Transexualizador realizando cirurgias e acompanhamento pré e pós operatório segundo o Ministério da Saúde, são: Hospital das Clínicas de Uberlândia (MG), Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia do Rio de Janeiro, Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS de São Paulo, Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (SP), Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, CRE Metropolitana, de Curitiba (PR), Hospital de Clínicas de Porto Alegre (RS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Hospital das Clínicas de Goiânia, da Universidade Federal de Goiás – Goiânia/GO, Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco - Recife (PE), e o Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O processo transexualizador, criado em 2008, atualmente regulamentado pela portaria GM/MS n 2.803, de 19 de 2013, está inserido no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída através da portaria 2.836, de 1 de setembro de 2011, legislação que sustenta políticas públicas para esta população no âmbito do SUS (BRASIL, 2013). Contudo, o processo transexualizador é constituído a partir de um modelo de patologização. Este processo é visto a partir da última atualização do DSM-V, como um tratamento para a “disforia de gênero”, sendo esta dominação considerada menos estigmatizante do que a denominação anterior de “Transtorno de Identidade de Gênero” (ANDRADRE; ANDRADE, 2017).

O diagnóstico de “disforia de gênero” ocorre quando a equipe interdisciplinar avalia a pessoa a partir dos critérios norteadores baseados no DSM-V, no qual se considera um período mínimo de seis meses de incongruência acentuada, com preenchimento de 6 de 8 critérios para crianças e no mínimo 2 de 6 critérios para os adolescentes segundo a Sociedade Brasileira de

Pediatria. Constata-se que podem ser contemplados no processo transexualizador pessoas diagnosticadas com o CID-10 [6], F64.0 (Transexualismo) ou F64.9 (Transtorno não especificado da identidade sexual) e com idade de 18 a 110 anos, entretanto as pessoas com diagnóstico F64.9 são autorizadas apenas para os procedimentos de tratamento hormonal e atendimento clínico (ANDRADE; ANDRADE, 2017).

O processo transexualizador não é algo simples, é preciso que a/o transexual cumpra todas as exigências estabelecidas pelo programa de redesignificação que são terapia hormonal, teste de vida real, testes de personalidade e exames de rotina, além da necessidade do acompanhamento terapêutico para que não se tenha nenhuma dúvida em relação à decisão. Se a/o candidata/o conseguir cumprir todas as etapas e exigências estará apto à cirurgia de transgenitalização (BENTO 2006).

Atualmente, existem importantes movimentos em prol da luta pela despatologização de pessoas trans, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), e a mobilização internacional *Stop Trans Pathologization* (STP), que, além de lutarem pela despatologização dessas identidades, buscam a retirada da transexualidade do CID-10 e do DSM-V. As demandas para a despatologização de pessoas trans é uma questão importante, visto que estas pessoas sofrem inúmeras violações de seus direitos em sua trajetória de vida.

A patologização implica em extrema exclusão da cidadania, com precário acesso à educação, saúde e trabalho, além dos impactos na autoestima dessas pessoas. Como consequência desse processo, as pessoas trans enfrentam dificuldades para existirem como sujeitos de direitos sendo alvos constantes de violências, desigualdades e exclusões sociais de toda ordem. Mesmo diante das inúmeras adversidades percebe-se que essas pessoas negociam constantemente com o social, uma vez que se pode compreender que nenhuma identidade existe sem negociação ou construção. Assim, lutam por sua existência e como agentes de suas próprias realidades.

Sabe-se que o ingresso e permanência das travestis e transexuais nas escolas é algo incomum, visto que, é nesse local que se materializam cenas e situações frequentes de transfobia, fazendo com que muitas pessoas trans não consigam sequer concluir os estudos. Dessa forma, ter transgêneros dentro do contexto universitário é algo mais incomum ainda. Tudo isso, em função do processo de marginalização a que são submetidas historicamente.

Todavia, atualmente pessoas trans vêm quebrando a lógica de opressão social e se inserindo principalmente no âmbito acadêmico. Essa presença significa, sobretudo, uma

conquista social, pois se apresenta como uma possibilidade de mudança desse contexto. Dessa maneira, pessoas trans nas universidades se tornam resistências e agentes transformadores potentes para a construção de um ambiente de pluralidade e respeito.

Considerando essas questões, a presente pesquisa busca evidenciar as experiências vivenciadas por pessoas trans dentro de ambientes educacionais. Sabe-se que, cada contexto educativo apresenta suas especificidades e pode revelar distintas relações entre pessoas trans, bem como aspectos diferentes para seu ingresso e permanência. É a partir dessa ideia, que a proposta de pesquisa tem como objetivo principal analisar a trajetória de pessoas trans nos espaços educacionais.

CAPÍTULO 2: CORPOS TRANS FORA DA PISTA

2.1. Ciência médica e corpos trans

Existe ampla literatura médica dedicada às pessoas travestis e transexuais cujo foco é explicar as origens desse “problema”. O conjunto desses trabalhos contribuíram fortemente para a “invenção” da percepção pública sobre as vivências trans e seus corpos. Foi a partir de alguns estudos que se dedicaram a produzir principalmente conhecimentos sobre esses corpos e sobre seu cotidiano que se fabricou um entendimento específico sobre travestis e transexuais no campo científico.

A literatura médica, sobretudo psiquiátrica, constitui exemplo importante do processo de invenção dos corpos trans. Harry Benjamin foi um dos principais autores que produziu conhecimento sobre essa temática. O endocrinologista alemão apresentou em seus estudos a cirurgia de redesignação sexual como a única opção terapêutica para os/as transexuais. Benjamin (1966) ataca de forma violenta em seu artigo “Transvestism and Transsexualism” todo tratamento psicoterapêutico, especialmente psicanalítico da transexualidade e do travestismo (BENTO, 2006). De acordo com o historiador Pierre-Henri Castel, em 1930, Benjamin teria procurado Freud com o objetivo de resolver seu problema de impotência com sua esposa. Contudo, Freud teria recusado tratá-lo, atestando que a causa de seu problema era uma homossexualidade latente.

Em virtude desta situação, o endocrinologista passou a desacreditar as terapias em geral e, principalmente, a psicanálise, que naquele período não era bem vista no meio médico por ser julgada como uma doutrina mais ligada a filosofia do que da metodologia científica. Desta forma, Harry Benjamin passou a autodenominar a psicanálise como um tipo de culto, confuso e incompreensível para médicos clínicos, com interpretações muitas vezes “absurdas, intrigantes e até mesmo poéticas” (LEITE, 2008).

Segundo Leite (2008), Benjamin realizou diversos trabalhos com pessoas transexuais, e entre seus trabalhos científicos tratou de criar o sujeito “transexual” e o “transexualismo”. O autor deu continuidade a tradição do século XIX em nomear essa questão como um distúrbio, problema ou doença ligada à sexualidade, utilizando o sufixo “ismo”, iniciando assim um processo de disseminação no campo científico e no cotidiano social desses termos.

Benjamin escreveu em 1966 uma outra obra intitulada “Eu quero mudar meu sexo”. Nela, o autor analisa uma carta que traz a autobiografia de um homem que percebe-se como

mulher e quer a cirurgia de transgenitalização. Ao final da carta é feito um pedido de ajuda: “Eu quero mudar meu sexo. Pode o senhor ajudar-me?”. Benjamim, em resposta, ressalta compreender os sentimentos desta pessoa e afirma: “antes de mais nada, o sexo é determinado no momento da concepção, e, portanto, não pode nunca ser mudado” (BENJAMIM, 1966, p. 209).

Para Benjamim (1966), a cirurgia é recomendada para a adequação do corpo físico à imagem desejada pela pessoa, entretanto frisa suas deficiências técnicas e riscos em relação a “mudar” de homem para mulher, afirmando que:

“Sexo inato, genético, permanecerá sempre masculino. (...) Se o cirurgião castrar o senhor, sendo a castração uma parte da operação, o senhor passará a ser, tecnicamente, e do ponto de vista da realidade glandular, uma entidade humana nem masculina nem feminina. Passará a ser “neutro”. Somente seu sexo psicológico é que é feminino, se assim não fosse, o senhor não desejaria a operação em primeiro lugar” (BENJAMIM, 1966, P. 210).

É possível perceber que Benjamim através de seus estudos propagou a ideia de um “verdadeiro” sexo, que de acordo com mesmo, embora mascarado, permanece como sendo uma realidade. Para ele, “transexualismo” e “travestismo” possuem diferenças específicas. Transexuais possuiriam um desejo intenso, quase obsessivo de mudar totalmente de estado sexual, inclusive da estrutura orgânica, Já o travestismo representaria o papel de mulher (BENJAMIM, 1966). Assim, o autor difundiu suas noções sobre pessoas trans, expondo as seguintes afirmações:

Enquanto o travestismo representa o papel de mulher, o transexual deseja ser e funcionar como mulher, aspirando a adquirir tantas características quantas forem possíveis da mulher, seja de ordem física, seja de ordem mental, e seja, ainda, de ordem sexual. Tanto o travestismo como o transexualismo são sintomas da mesma condição de base; trata-se, nos dois casos, de distúrbio da normal orientação do sexo e do gênero (BENJAMIM, 1966, P. 214).

Estas diferenças trazidas por Benjamim, vão embasar muitos dos futuros estudos científicos sobre o tema. Harry Benjamin deu continuidade aos seus trabalhos enumerando as características que acredita ser definidoras da pessoa transexual, e que se tornarão o padrão científico para o reconhecimento do “verdadeiro” ser transexual (LEITE, 2008).

Dessa maneira, foi se criando um saber médico sobre a pessoa transexual, fundando por consequência, concepções específicas do que é ser transexual. Entretanto, percebe-se que esse saber médico exclui a autenticidade da pluralidade, pois coloca em andamento regras entrelaçadas em protocolos que objetiva encontrar o/a “verdadeiro/a transexual”. Logo nota-se que o ato de denominar uma pessoa de transexual resulta em pressuposições e deduções sobre

comportamentos apropriados e não apropriados que os/as transexuais devem possuir em suas condutas (BENTO, 2006).

Segundo Benjamim (1966), a persistência em se sentir uma “mulher em corpo de homem” ou uma “alma feminina em corpo masculino”, a rejeição e ódio aos próprios genitais e a imediata necessidade de modificar seu corpo, adequando-se ao sexo que acredita ser o correto, além de uma intensa angústia ou infelicidade quanto à sua condição, acaba por formar um “tipo ideal” de transexual.

Benjamim aponta para existência de três tipos de travestidos, o primeiro, o principalmente psicogênico que seria a pessoa travesti. Para esta, o tratamento recomendado seria o psicológico, pois o que deseja é que a atitude da sociedade para com ela se modifique, e não o contrário. O segundo, descrito como o intermediário que oscila entre o travestismo e o transexualismo, e entre a heterossexualidade e a homossexualidade, neste caso é aconselhado o tratamento hormonal. E o terceiro, é o transexual, o somático psíquico, para estas pessoas é indicado o apoio psicológico, terapia hormonal e cirurgia (LEITE, 2008).

É importante citar um outro autor que dialogou fortemente com os trabalhos de Benjamim, o psicólogo John Money. Este organizava concepções e interpretações que serviram de base para os debates sobre transexualidade (LEITE, 2008). Nos Estados Unidos, este psicólogo começou a estudar casos de intersexuais, principalmente crianças. Em 1955, cria uma tese sobre o conceito de gênero inspirado pelos conceitos de “Papel Social” de Talcott Parsons, aplicada a diferença dos sexos. Money chegou à conclusão que a maioria das crianças com quem trabalhou sentia-se pertencentes ao sexo de criação. Dessa forma, chegou a concluir que o gênero e a identidade sexual da pessoa poderiam ser modificadas até os 18 meses de vida (BENTO, 2006).

Para Bento (2006), “as teses de Money, no entanto, não eram da determinação do social sobre o natural, mas de como o social, mediante o uso da ciência e das instituições, poderia assegurar as diferenças dos sexos” (BENTO, 2006, P. 41). Além disso, Money elaborou sua teoria tendo como base a estrutura naturalmente dimórfica do corpo, estabelecendo a heterossexualidade como a prática “normal” desse corpo.

Assim, pode-se refletir que, conforme os conceitos de Butler (2017), Money, apesar de sua tese aparentemente revolucionária de que o comportamento de gênero não era algo inato ao funcionamento orgânico, buscava e reforçava a manutenção da tradicional inteligibilidade de gênero, uma vez que, pessoas que possuíssem o pênis deveriam ser “masculinas” e sentir atração afetiva-sexual por mulheres e vice-versa. Dessa forma, as cirurgias em crianças com

algum nível ou tipo de intersexualidade objetivavam sustentar a lógica heteronormativa: “construir” vaginas para meninas que deveriam ter uma vida sexual com meninos, e o “pênis” designado para meninos que seriam educados a desejar garotas (LEITE, 2008).

A tese de Money passou a ter um valor importante, sendo fundamental na formulação do dispositivo da transexualidade. Suas concepções serviram para criações de intervenções com base na heterossexualidade nos corpos dos intersexos e pessoas transexuais. Essa vertente criada por Money produziu um novo conhecimento para transexualidade, estabelecendo a necessidade do papel da educação na formação da identidade de gênero, e determinando caminhos para o seu tratamento (BENTO 2006).

A partir disso, nota-se porque alguns protocolos determinam que pessoas transexuais devem se vestir com roupas do gênero identificado, no “teste da Vida Real”. O conjunto de procedimentos estão alinhados às teses de Money, que reverberam ainda nos dias atuais, posicionando os “corpos em trânsito” na ordem dicotomizada dos gêneros ligada a matriz da heterossexualidade (BENTO, 2006).

Além de Money, e Benjamim, é importante ressaltar um outro teórico que se propôs a explicar também a origem da transexualidade e seu tratamento. Robert J. Stoller é conhecido como uma das pessoas que mais influenciou os estudos e interpretações sobre transexualidade. Em seu livro “A experiência transexual”, em 1982, indica como “anormal” o homossexual, o bissexual, as travestis e o/a transexual, e o fato de uma criança gostar de brincar e de se vestir com roupas do outro gênero (BENTO, 2006).

Este livro de Stoller, inclusive se torna uma referência importante e obrigatória para profissionais que se dedicam a área da transexualidade. Para o autor, a justificativa para a gênese da transexualidade estaria na ligação da criança com sua mãe. Stoller acredita que a mãe do transexual é uma mulher que por conta da inveja que tem dos homens e devido ao seu desejo inconsciente de ser homem, se torna uma pessoa extremamente feliz com o nascimento do filho, e transfere seu desejo para ele. A ligação forte e extrema entre mãe e filho não permite que o complexo de Édipo ocorra, uma vez que à inexistência da figura paterna como rival (BENTO, 2006).

De acordo com Stoller, a entrada no complexo de Édipo, bem como sua resolução são momentos que decidem a formação da identidade de gênero da criança e a sua identidade sexual. Assim, a verdade sobre o transexual estaria em sua infância e, especialmente, na relação com sua mãe. Conforme cita Bento, “a essência do transexual é a sua mãe” (BENTO, 2006, p. 137). Stoller também chegou à conclusão de que as crianças que gostavam de brincar de usar

roupas femininas e de brinquedos femininos, se não tratados por um analista, com intensas terapias desde a sua primeira infância, se tornariam transexuais e na sua vida adulta certamente demandariam a mudança de sexo (BENTO, 2006).

Identifica-se que tanto Money quanto Benjamim e Stoller produziram formulações para criação da transexualidade. E que os três contribuíram para a sua produção principalmente como uma patologia. Entretanto, essa concepção patológica, mesmo sendo desmistificada por diversos estudiosos contemporâneos, ainda na esfera social, transexuais sofrem por serem considerados/as doentes mentais, desqualificando a todo momento estas pessoas. Por conta disso, transexuais a todo instante procuram afirmar suas capacidades, principalmente no que se diz respeito a sua capacidade laboral, pois possuem absoluta competência para desempenhar qualquer tipo de trabalho, mas isso é colocado no campo da dúvida a todo tempo na arena social.

2.2.Rua, prostituição e vidas trans na literatura antropológica

Entende-se que a questão da patologização das pessoas transexuais as coloca em um local de marginalização social. Isso porque, dentro da sociedade o corpo transexual é atravessado por diversas opressões o considerando como estranho ou como uma aberração. É observado que quanto mais as pessoas se distanciam do padrão cisgênero, mais preconceitos e discriminações irão sofrer dentro da sociedade. Segundo Bento (2006), “o fato de vivenciarem a experiência transexual, ou seja, de estarem fora das normas de gênero, tornam essas pessoas duplamente excluídas” (BENTO, 2006, P. 61).

A patologização é uma das primeiras formas de violência diante de tantas outras que a população trans padece. Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, dificilmente conseguem emprego, e assim são excluídas de todos os campos sociais (BENTO, 2011). Deste modo, as identidades trans lutam a todo instante para sair desse local que a sociedade designou para permanecerem, visto que são tidas como pessoas que corrompem as regras sociais.

Percebe-se que o processo de marginalização começa muitas vezes na exclusão familiar. Pessoas trans em sua maioria são colocadas para fora de casa, podendo trazer consequências para outros âmbitos sociais, como na dimensão educacional, territorial, mercado de trabalho, entre outras dimensões da vida (SANTOS, 2019). De acordo com Bento (2011), o rompimento familiar associado a saída escolar dessas pessoas traz importantes desdobramentos para o mundo do trabalho.

A partir deste contexto e da necessidade de sobrevivência, algumas pessoas trans são levadas a fazer da prostituição o único meio de obtenção de subsistência. A rua se torna um lugar de acolhimento, aceitação e transformação corporal, conforme afirmam Silva, Bezerra e Queiroz (2015, p. 370) ao se referir as mulheres transexuais e das travestis.

[a rua] é apresentada, [...] como um espaço receptivo, que apesar de oferecer inúmeros riscos, possibilita a construção de uma nova rede de apoio social baseada na experiência comum de vulnerabilidade. A rua apresenta-se como espaço de sociabilidade por onde elas circulam durante o dia e também espaço de trabalho à noite. Pois é através da prostituição noturna que elas encontram aqueles que parece o único meio de ter uma renda para suprirem as suas necessidades e sobreviverem.

Considerando essa perversa realidade, é possível notar o motivo pelo qual muitos estudos antropológicos passaram a dedicar atenção às travestis e transexuais no ambiente da prostituição. Até então, era o único lugar possível de existência dessas identidades, visto que a estrutura social, por meio de mecanismos históricos, através de normas e regras, empurrou essas pessoas para esta esfera de marginalização. A partir desse contexto, as inúmeras produções científicas sobre trajetórias trans como profissionais do sexo ganhou destaque sendo um conhecimento propagado também na arena social. Isso favoreceu, por sua vez, para que a sociedade em si efetivasse uma percepção sobre essas pessoas associadas ao negócio da prostituição.

No entanto, atualmente as trans identidades tem revertido esse cenário, e tem ocupado âmbitos da educação e do trabalho formal. A questão que se coloca é que pouco se tem produzido no campo científico sobre trajetórias de pessoas trans “fora das pistas”. Há poucos trabalhos evidenciando essa modificação e ganho importante na vida de muitas/os trans. Assim, pouco se tem contribuído para que seja propagada essa nova realidade, e por consequência que a sociedade conheça a população trans no contexto atual.

Nota-se que os autores clássicos que se dedicaram a entender a vida trans, abarcaram suas trajetórias interligadas ao mercado da prostituição. Kullick (2008), em sua obra destaca que a prostituição é entendida como uma esfera social brasileira na qual as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. Para o autor a prostituição faz com que elas se sintam sedutoras, atraentes e desejadas, e descreve que este é o único local que elas conseguem desenvolver sua autoestima, valor pessoal e autoconfiança.

Kullick (2008) destaca o papel das travestis como objetos de desejos, deixando evidente que só são admiradas quando estão nesses locais. O que torna isso irônico, pois a prostituição é considerada como uma das atividades menos valorizadas que alguém pode exercer. Além disso, aqui no Brasil, a prostituição é conhecida como “a vida” ou “vida fácil”.

Muitas travestis saem de casa na adolescência para residir em outras cidades onde o mercado de prostituição é mais desenvolvido. Estando nesse novo local, são preparadas para se prostituírem com o suporte das travestis mais velhas que lhes fornecem todo aparato para isso. É ensinado o que vestir, como se maquiar, se pentear, como andar, a ter uma depilação impecável, é fornecido dicas para se tornar mais atraente para os homens, além disso, é nesse período que elas começam as transformações corporais por meio de ingestão de hormônios (KULLICK, 2008).

O autor dedica muito de seus esforços de análise às transformações corporais vivenciadas pelas trans com quem conviveu. Para ele, a saída de casa é marcada pela rejeição das características masculinas da infância. Longe de casa, elas têm a possibilidade de vivenciar a modificação corporal para se tornarem mais femininas. Geralmente, as travestis mais velhas estimulam as jovens a fazerem o uso de hormônios o mais cedo possível, argumentando que assim terá um melhor efeito. Os hormônios consumidos pelas travestis irão reproduzir as características do ciclo natural do estrogênio (KULLICK, 2008).

Além do uso dos hormônios, as travestis entrevistadas por Kullick (2008) consideram o silicone um produto milagroso, por possibilitar a obtenção de características corporais femininas. A aplicação do silicone é feito normalmente com uma bombadeira. A escolha da melhor bombadeira é baseada nas experiências de outras travestis que já colocaram silicone, se o resultado no corpo for bem-sucedido, irão procurá-la (KULLICK, 2008).

Kullick também aborda em seu trabalho a forma como as travestis tomam a prostituição como um trabalho e se consideram como profissionais. O autor evidencia que elas usam a palavra prostituição para referir ao seu “trabalho” ou “batalha” e que costumam descrever os homens que procuram os seus serviços de “clientes” ou “fregueses”. Elas utilizam roupas específicas para o seu trabalho nas ruas, que chamam de “farda”, esses trajes, de acordo com o autor são chamativos justamente para atrair os olhares dos homens (KULLICK, 2008).

Segundo Kullick (2008), foi a partir dos anos 1980 que a prostituição, especificamente a travesti, passou a ser estabelecida nas grandes cidades do Brasil. Isso foi possível depois do regime militar, quando após décadas do seu término, as travestis se sentiram capazes de ganhar dinheiro através do mercado do sexo.

O autor também apresenta em sua obra, que entre as travestis costuma ocorrer uma exigência por mais dinheiro durante o pagamento do seu “programa”. Ressaltando que mesmo depois do cliente concordar em pagar mais, as travestis não exitavam em roubá-los. Desta maneira, pode-se perceber que Kullick traz uma ideia que pode ter contribuído para socialmente

as travestis serem vistas como criminosas. Isso se confirma quando o autor aponta a existência de uma crença generalista de que as travestis assaltam qualquer pessoa, apesar de roubar apenas seus clientes (KULLICK, 2008). No entanto, a forma de evidenciar em seu trabalho questões de roubos pode ter favorecido para o fortalecimento dessas concepções sobre as travestis.

Para Kullick (2008), é justamente no período “ruim”, de pouca clientela, que as travestis aumentam o número de assaltos. Isso porque com cliente de forma reduzida podendo ser o único da noite, se tornaria necessário então, roubá-los, tirando tudo que puder para aumentar os ganhos. Entretanto, é válido ressaltar que nem todas as travestis concordam com esta postura. Para elas, se todas as travestis trabalhassem “na moral” haveria um número maior de clientes, visto que quando os clientes são roubados, alguns deles não as procuram mais.

Mesmo Kullick trazendo falas contrárias de algumas interlocutoras que não concordavam em roubar seus clientes, em seu trabalho manifesta de forma enfática que grande parte das travestis realizam assaltos e percebem isso como uma instigante aventura, mesmo que por vezes violenta (KULLICK, 2008). Entretanto, constata-se que o autor traz de forma romantizada a questão dos roubos, como se essa atitude não oferecesse sérios riscos as próprias travestis. A forma como aborda esta temática em seu trabalho contribui para formulações distorcidas sobre a vivência travesti dentro da sociedade.

Além do campo científico, percebe-se que o campo artístico também foi importante para criação da noção geral de que as travestis são prostitutas. Na esfera do espetáculo, no século XIX, existiam atores e atrizes especialistas em papéis que representavam o outro gênero. Assim, ocorriam também atrações de circos e feiras em que era mostrado interpretações incríveis, ligadas ao que era considerado como a “estranheza” no corpo (LEITE, 2008).

No Brasil, no início do século XX, a profissão de artista, principalmente da atriz, estava intimamente ligada à ideia de prostituição. Isso porque algumas atrizes por questões de necessidade ou de sobrevivência das trupes com pouco recurso, se prostituíam para tentar se manter. Além das atrizes, nota-se que as pessoas que se assumiam pertencentes ao gênero oposto não conseguiam empregos formais e eram rejeitados principalmente por sua família e do convívio social. Restava naquele período trabalhar com espetáculos, apresentando sua condição de gênero como uma atração artística ou negociar a fascinação sexual existente em relação a sua “ambiguidade”. Desta maneira, o termo “travesti” gradualmente uniu-se de forma profunda à noção de prostituição no imaginário popular, no policial e médico (LEITE, 2008).

Pessoas transexuais e travestis foram historicamente, no imaginário social, associadas a criminalidade e a prostituição. Mais tarde, foram correlacionadas também à problemática das

IST's/AIDS e as diversas estigmatizações incluídas neste processo. Pesquisas sociológicas como a de Hélio Silva, "Travestis, a invenção do feminino", de 1993, afirma a dificuldade em desassociar estas pessoas da prostituição, pois a maioria dos trabalhos em ciências sociais analisam esta temática atestando essa ligação.

Para Silva (1993), as travestis são vistas na maioria das vezes por pessoas que estão de passagem, por vezes dentro de seus próprios carros, ou do alto de um ônibus. Conseqüentemente, elas são visualizadas nos locais onde foram colocadas: nas ruas. São vistas rapidamente, a visão é sempre em pedaços, são vistas desfilando, fazendo poses ou em intensa demonstração de seus atributos. Para ele, isso se destaca, fixando na memória social.

O autor relata que essa observação à distância proporciona, contudo, uma excessiva exotividade, que de acordo com o mesmo já seria inerente à condição das travestis. Dessa forma, frisa que é difícil romper essa concepção social sobre elas, ressaltando ser algo muito complexo, por serem na maioria das vezes vistas à distância, à velocidade, em áreas de tráfego (SILVA, 1993). É como se esses corpos fossem destinados a exclusão e a marginalização, sendo criada uma "mentalidade travesti" como afirma Hélio Silva (1993). E assim são consideradas anormais, patologizadas, excessivamente erotizadas pelo social e conseqüentemente rejeitadas.

A antropóloga Larissa Pelúcio (2007), ressalta que o processo de "inclusão" social das travestis por meio de programas de controle e prevenção de IST's/AIDS foi uma forma de associar de maneira concreta ou imaginária as travestis com o campo da desordem e da doença, incentivando políticas públicas na maioria das vezes com traços de lógicas higienistas. A partir disso, entende-se o motivo de no Brasil ser tão forte a percepção social de pessoas trans vinculadas a prostituição e a aids. Essas identidades se tornaram equivalentes a categoria de trabalho do mercado do sexo, e as infecções sexualmente transmissíveis, principalmente para o campo médico e pela sociedade em geral.

Segundo Pelúcio (2007), no Brasil, durante um tempo o termo homossexual era como um "guarda-chuva" para se referir as inúmeras formas de vivenciar a sexualidade. E os programas de políticas públicas encontraram na homossexualidade a chave para tratar da travestilidade, uma vez que não existiam medidas de intervenção para este público. No entanto, a homossexualidade passou a ser relacionada com aids e logo ganhou um status de peste, castigo e de doença moral. As travestis se viram rapidamente associadas a essa cadeia em que a homossexualidade se relacionava. Por conseguinte, passaram a fazer parte da noção de "grupos de risco", aumentando, com isso, a discriminação contra elas. A aids surge para as travestis

como um processo de estigmatização, tornando-se um termo de acusação, até mesmo entre elas. A aids estava em corpos marcados por condutas tidas como desviantes (PELÚCIO 2007).

A vista disso, observa-se como pessoas trans foram interligadas a prostituição, doenças e a criminalidade ao longo do tempo. Sendo que, essas correlações ocorreram, sobretudo, por meio dos campos de saber e poder. Assim, foi através deste mecanismo que a sociedade como um todo passou a ter a mesma percepção sobre as identidades trans, vinculando-as a prostituição, ao crime e a aids.

Carvalho (2018), afirma que são diversos os mecanismos que estão em ação para construir a identidade desviante. Para o autor é o saber médico, psicológico e psiquiátrico que lhe atribuirá como doente ou a autoridade jurídica que lhe punirá como um criminoso. Pode também ocorrer das autoridades morais lhe julgar como perverso. É válido, inclusive ressaltar que esses mecanismos podem atuar simultaneamente sobre o indivíduo. Logo se compreende por que as travestis e transexuais profissionais do sexo têm sua vivência de gênero patologizada, seu trabalho “criminalizado” e sua imagem tida como uma agressão “à moral e aos bons costumes”.

Carvalho (2018), destaca que não é inerente a relação de prostituição com a travestilidade. Mas, considera a prostituição como uma possibilidade profissional, que pode se configurar como uma categoria de diferenciação identitária, estando na área de desvio da moral, sendo relacionada à identidade travesti. A prostituição para o autor é uma profissão imediata para elas que em sua maioria são expulsas de casa pela família. Para Carvalho (2018), a prostituição acaba compondo as suas experiências de gênero e sexualidade. Para Benedetti (2004), os espaços de prostituição não podem ser percebidos apenas como um lugar de trabalho e de obtenção de dinheiro para as travestis. Esses espaços configuram um dos principais ambientes de sociabilidade, aprendizado dos processos de construção do corpo e do gênero, e, principalmente, de construção de sua identidade social (BENEDETTI, 2004).

A soma da discriminação constante durante o dia e a exposição a violências que ocorrem com as travestis nos espaços de prostituição à noite, acarretam sobre elas sofrimentos que por vezes, elas julgam serem merecedoras por estarem desestabilizando a ordem binária (PELÚCIO, 2007). A sociedade em si tem uma ação de coerção tão forte em relação a essas pessoas que subvertem a lógica do binarismo de gênero, ao ponto dessas identidades se sentirem dignas de atos violentos.

As experiências que constituem à travestilidade e à transexualidade implicam transformações corporais e do gênero tidas como subversivas ao natural, ao normal. Dessa

forma, por corromperem a ordem binária, são submetidos/as a atitudes violentas, que tornam hostil suas vivências. Para Pelúcio (2007), “é pela força da exclusão que essas vidas têm se constituído” (PELÚCIO, 2007, p.34).

De acordo com Pelúcio (2007), a aids funcionou como um elemento operador que levou diversos setores da sociedade a vigiar os corpos e seus prazeres. O propósito era orientar o comportamento de maneira a evitar o “risco”. Isso possibilitou que o olhar médico se debruçasse cada vez mais sobre determinadas sexualidades, ou seja, aquelas que historicamente foram consideradas desviantes, promíscuas e perigosas. A epidemiologia agrupou essas sexualidades em uma categoria de “grupo de risco”, ao qual as travestis passaram a fazer parte.

O saber biomédico se encarregou de estabelecer a relação entre o “mau sexo” e seus riscos. A exemplo disso estavam atitudes consideradas perigosas, tais como: ter vários parceiros, fazer sexo anal, embriagar-se e fazer sexo, ter relações com homens gays, prostitutas, travestis e michês que se tornaram ameaças ao sexo, principalmente sem preservativo (PELÚCIO, 2007).

Para Pelúcio (2007), a travestilidade não é um problema de saúde pública, mas como foi associada a aids acabou sendo tratada como tal. Os espaços das unidades especializadas em IST/AIDS logo foram se tornando um local onde as travestis encontraram uma possibilidade de serem ouvidas, vistas e de experienciar a cidadania mesmo estando interligada a infecções sexualmente transmissíveis e a aids. Fica nítido então, que o discurso preventivo destinado a este público não levou em conta que o real problema das travestis não era a aids e sim o processo de estigmatização.

É a estigmatização que as coloca em “risco” constante, não uma doença que leva anos para se manifestar. O sofrimento causado pela expressão do estigma que as expulsa de casa, que exclui das escolas e conseqüentemente impossibilita a sua entrada no mercado de trabalho, é a frequente abjeção que limita suas vidas ao mercado do sexo, a noite e as ruas (PELÚCIO, 2007).

Mas porque a prostituição é tida como uma prática mais presente entre as travestis? De acordo com Bento (2008), existe uma produção de uma hierarquização de identidades que se dá por meio da diferenciação extrema entre travestis e transexuais. A taxação marginal das travestis e a rotulação medicalizada dos/as transexuais construiu diferenças significativas em relação a seus corpos. Socialmente, a travesti entra como tudo aquilo que deve ser rejeitado, já o/a transexual como um/a doente mental, é visto/a com certa tolerância. A pessoa transexual é

considerada digna de compadecimento uma vez que é tida como “doente”, já as travestis não (CARVALHO, 2018).

Segundo Bento (2008), o corpo do/a transexual é construído ou “consertado” pelo hospital e por articulações de poder que o produz como ser anormal. Assim, nota-se que mesmo sendo inteligível, teria uma maior possibilidade de existir mediante a autorização das instituições que asseguram às normas. As pessoas transexuais são então colocadas diretamente na categoria médico-psiquiátrica.

Já a travestilidade, segundo Carvalho (2018), foi culturalmente construída a partir da prostituição, de um lugar marginal e amoral. Isso porque, as travestis são consideradas pervertidas a partir do olhar da moral da sociedade. E seus corpos são construídos e transformados por bombadeiras e não pelo poder médico. Dessa forma, observa-se mecanismos presentes na arena social que produzem hierarquias entre transexuais e travestis, promovendo diferentes rotulações e distintas vivências para cada uma dessas identidades.

De acordo com Benedetti (2004), as travestis fazem parte de um grupo social numeroso e que possui um papel autêntico. Para o autor, mudanças sociais ocorreram em relação ao papel e ao lugar das travestis, mas apesar das mudanças ocorridas, é habitual a ideia de que as travestis constroem sua identidade sexual e de gênero motivadas exclusivamente pela prostituição e pelos ganhos financeiros que esta atividade pode propiciar. Segundo Benedetti (2004), é frequente a vinculação das travestis à prostituição, tanto no senso comum quanto em algumas áreas do conhecimento acadêmico.

A estigmatização e a exclusão social que permeia as vivências travestis é nitidamente sustentada na noção de que a construção corporal e do gênero delas se dá unicamente em função do interesse da rentabilidade financeira fornecida pela prostituição (BENEDETTI, 2004). No imaginário social às práticas de transformações corporais e do gênero das travestis, ainda estão atrelados a ideia de que elas ingressam nestes processos motivadas apenas pela prostituição e pelos ganhos financeiros que esta atividade possibilita. Desse modo, observa-se que, mesmo estando de forma cada vez mais frequente em diversos espaços sociais como telenovelas, como atores políticos no cenário de direitos humanos e saúde, como candidatas a cargos eletivos, não são reconhecidas plenamente em seus direitos fundamentais.

A estigmatização que acompanha as travestis e, também, os/as transexuais faz com que suas presenças sejam invisibilizadas e não legitimadas quando ocupam espaços que não sejam de vulnerabilidade, de subserviência ou de subalternidade. O estigma vinculado às pessoas trans

não permite que sejam reconhecidas pela sociedade quando estão em espaços de poder ou de saber.

Os diferentes trabalhos discutidos permitem inferir o quanto o campo científico, incluindo a antropologia e os trabalhos etnográficos, foi fundamental para a construção de percepções sobre as pessoas trans associando-as à prostituição e à marginalidade. Todavia, as identidades trans vem resistindo, superando suas dores e lutando diariamente para estarem ocupando espaços diferentes dos que lhes foram destinados. Deste modo, este trabalho busca mostrar essa nova realidade, evidenciando figuras trans em ambientes de prestígio.

2.3.Rumo aos direitos trans

Vê-se que a existência de corpos fora do padrão binário de gênero leva, evidentemente, a existência de um conflito entre o direito de ser desses corpos com o reconhecimento dos mesmos pelo resto da sociedade. O binarismo de gênero impossibilita a existência social dos corpos transgêneros, marginalizando a sua afirmação e os impedindo de vivenciarem sua cidadania (SOUZA, 2019).

É possível entender que o sistema jurídico é uma das instituições que funciona visando à ordenação das interações entre os corpos, de forma que qualquer corpo dissidente da linha binária sofre com ações de interdição, segregação, exclusão e invisibilização dentro do sistema (SOUZA, 2019). Isso porque, o corpo trans neste campo, não é dotado de prerrogativas, e dificilmente é assunto de pauta legislativa, de ações sociais executivas, e tampouco reconhecido no judiciário. O direito dessas pessoas é baseado na medicina, que como vimos, busca tratar as vivências trans como um desvio sexual ou uma doença (SOUZA, 2019).

Entende-se como sujeito de direitos e deveres aquela pessoa física detentora de prerrogativas e obrigações, máxima tutelada pelo Estado. Porém, para o Estado, a pessoa física não existe sem ter um sexo biológico. Sendo de profunda relevância para a afirmação de personalidade no âmbito do direito que toda pessoa seja classificada dentro do sistema binário de macho ou fêmea quando nasce, isso já exclui de forma automática algumas formas de existir como, por exemplo, pessoas intersexuais (SOUZA, 2019).

No entanto, mesmo diante deste cenário de invisibilização, é possível evidenciar alguns avanços no campo do direito para a população transgênera. A partir de muita luta, pessoas trans tem conquistado benefícios necessários para a garantia de sua existência na esfera social. Contudo, é válido destacar que ainda é preciso avançar muito mais, visto que o direito à

existência trans ultrapassa a simples garantia de existência pelo Estado, mas sim a garantia de vida com dignidade e qualidade.

No dia 9 de janeiro de 2020, o Conselho Federal de Medicina tornou público por meio da resolução nº 2.265/2019, que determina a redução das idades mínimas do tratamento de redesignação de gênero. Essa resolução destaca que cada indivíduo tem uma identidade ou expressão de gênero que deve ser respeitada (CFM, 2019). Com a nova resolução, as idades mínimas para o tratamento de adequação/redesignação de gênero foram alteradas. O início de tratamento hormonal foi reduzido de 18 anos para 16 anos de idade. Já a liberação para procedimentos cirúrgicos foi reduzida de 21 anos para 18 anos de idade (CFM, 2019).

É possível destacar também outros ganhos para a população trans a partir do decreto de número 8.727. Este decreto dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, sendo um grande acerto da legislação brasileira em reconhecer o direito ao nome social. Esse decreto garante principalmente o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2017).

O nome social é o nome pelo qual pessoas transgêneras, transexuais e/ou travestis preferem ser chamados/a no seu cotidiano. É através do nome social que essas pessoas se apresentam para a sociedade, pois condiz de maneira verdadeira com o gênero que se identificam. Dessa forma, entende-se que o nome oficialmente registrado passa a não refletir essa sua identidade de gênero. Assim, o direito ao nome social torna-se um avanço extremamente importante para a comunidade trans, especialmente com relação à luta contra o constrangimento dessas identidades no convívio social (SOUZA, 2019).

No momento atual, pessoas transgêneras além de ter o direito ao nome social podem pedir a retificação do nome no seu registro civil, estendendo a utilização do nome escolhido de forma mais abrangente em todas as esferas jurídicas e sociais. Assim, no final de junho de 2018, foi aprovado o provimento 73/2018 que assegura o direito das pessoas trans de mudarem seus nomes civis e gênero biológico diretamente no cartório (SOUZA, 2019).

Cabe ressaltar que este provimento de número 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não é uma garantia plena para a comunidade trans, uma vez que esta população ainda enfrenta dificuldades para efetivar o seu direito de forma direta nos cartórios, muitas vezes pela falha no atendimento, falta de informação ou dificuldade do acesso à documentação e a sua gratuidade, como consta os dados coletados e divulgados pela Associação Nacional de Travestis e transexuais (ANTRA), em denúncia contra alguns cartórios.

Atualmente, um outro marco importante é a existência do Projeto de Lei nº 5002/2013, conhecida como Lei João W. Nery. O projeto de lei engloba um conjunto normativo que dispõe sobre o direito à identidade de gênero. Além de abrangente e muito relevante, o projeto abarca mudanças com relação a possibilidade de alteração do sexo e do nome nos registros públicos independente de intervenções cirúrgicas. Somado a isso, também regula de uma forma mais elaborada a assistência médica para pessoas trans em caso de opção por tratamento hormonal ou realização de cirurgia (SOUZA, 2019). Parte do projeto de Lei João Nery já possui aprovação, entretanto ainda é preciso avançar mais para que esse projeto tenha um efeito total.

É necessário citar também outros ganhos consideráveis relacionados ao conjunto da população LGBTQIA+, que foi a aprovação do direito à adoção para casais homoafetivos, além da criminalização da lgbtifobia. Outro marco importante foi a autorização do Conselho Nacional de Justiça do União Civil LGBTQIA+ e a conversão de uniões estáveis homoafetivas em casamentos civis. Houve ainda a retirada do chamado “Transtorno de Identidade de Gênero” da classificação oficial de doenças da Organização Mundial de Saúde.

Uma nova conquista ocorrida recentemente e que se torna extremamente importante ser citada é o fato do STF ter decidido no dia 08 de maio de 2020, que alguns membros da população LGBTQIA+ até então proibidos de doarem sangue, não podem continuar sendo impedidos de exercer este direito. A antiga norma oficialmente decretada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por meio da resolução RDC nº 34/14, e pelo Ministério da Saúde como consta na portaria nº 158/16 proibiam algumas pessoas deste grupo fazerem tal doação (EL PAÍS, 2020).

A decisão de anular essa restrição tem capacidade de salvar vidas, sobretudo em um período em que as doações de sangue caíram no Brasil e os hospitais enfrentam essa escassez, principalmente devido ao momento atual de pandemia da Covid-19, que ocorre em todo o mundo. De acordo com o Ministério da Saúde, a Covid-19 é uma doença causada pelo Corona vírus SARS-COV-2, no qual pessoas infectadas apresentam um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. As autoridades de saúde para conter o número de contaminações decretou o isolamento social, uso de máscaras e a etiqueta respiratória.

Nesse sentido, os bancos de sangue estão atuando com baixa capacidade, e os hemocentros de todo país estão em campanha de doação nesse período de crise (EL PAÍS, 2020). Dessa forma, impedir um indivíduo saudável de doar se configura uma ofensa a sua dignidade e lhe retira a possibilidade de exercer a solidariedade humana. A antiga norma de

proibição possui caráter discriminatório e preconceituoso com a população LGBTQIA+ e sua extinção tem um importante efeito reparador.

Pode-se notar que alguns avanços destacados acima são de grande relevância, embora ainda seja indispensável avançar mais. Especialmente porque, o número de assassinatos de pessoas trans voltaram a subir em 2020. De acordo com a ANTRA, os números de assassinatos no Brasil entre janeiro e abril deste ano, aumentou 48% em relação ao mesmo período nos anos anteriores. É válido destacar que esses assassinatos ocorreram em um momento de pandemia da Covid-19, e que todas as pessoas trans assassinadas até o momento são travestis e mulheres transexuais (ANTRA, 2020).

No Boletim 02/2020 da ANTRA Brasil consta que nesse mesmo período ocorreram ainda 11 suicídios, 22 tentativas de homicídio e 21 violações de direitos humanos. Bem como, 6 casos de mortes relacionadas a covid-19. Diante dessa situação atual de pandemia, mesmo as autoridades de saúde recomendando o isolamento social para conter o risco de contaminação pelo vírus, se torna assustador deparar-se com o aumento do número de pessoas trans assassinadas (ANTRA, 2020).

A partir disso, entende-se que este cenário tem impactado especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras do mercado do sexo, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para garantir sua subsistência em meio a pandemia. Percebe-se que a maioria dessas pessoas colocam em risco suas próprias vidas, pois não tem acesso as políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas (ANTRA, 2020).

É válido ressaltar que em decorrência deste contexto pandêmico, há uma constante cobrança por parte dos movimentos sociais, que pedem apoio para os governantes. No entanto, não houve até o momento nenhum projeto específico de apoio à população LGBTQIA+ para o enfrentamento da pandemia e sobre os dados apresentados sobre o número de assassinatos. Sabe-se que, diante desta situação se faz necessário a criação de políticas públicas focadas na redução de homicídios de pessoas trans, em especial para a proteção das trabalhadoras sexuais, que representam 90% da população trans (ANTRA, 2020).

Travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua, assim, também são estas que possuem maior índice de violência e assassinatos. Desta maneira, pode-se afirmar que uma pessoa trans tem mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. O Brasil é o país que mais mata travestis, sendo que a expectativa de vida dessas pessoas é de apenas 35 anos. Travestis e mulheres transexuais negras, com baixa escolaridade, com menor acesso ao

trabalho formal e a políticas públicas são os corpos que possuem mais chances de morrer (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Nota-se que sem acesso a políticas de assistência, essa população fica mais exposta a inúmeras formas de violência, e a mortes intencionais no Brasil. Entretanto, a ANTRA com o intuito de fornecer suporte, tem feito ações e recomendações como o lançamento de diversas cartilhas, entre elas sobre como agir em casos de violência LGBTIfóbica. Além de orientação de prevenção para profissionais do sexo durante o período da covid-19, e sobre como agir em casos de violência doméstica neste período de isolamento social (ANTRA, 2020).

A ANTRA promove diversas ações importantes com o propósito de ajudar a população LGBTQIA+ principalmente nesse período de pandemia. A mesma tem elaborado projetos de apoio às travestis e mulheres transexuais e tem participado de Webnários internacionais com países da América Latina, fóruns de debates e discussões sobre como enfrentar esse período mantendo a proteção e atuação das pessoas trans e fomentando diálogos com agências e entidades internacionais sobre a situação do Brasil neste momento (ANTRA, 2020).

A atuação dos movimentos sociais LGBTQIA+ são muito importantes pois lutam para que os direitos dessas pessoas sejam garantidos e que sejam reconhecidos como cidadãos dentro da sociedade. Esses movimentos são relevantes inclusive, para mudar a mentalidade social LGBTIfóbica, trazendo para arena pública interlocuções e discussões como o transfeminismo, que faz toda diferença ao apresentar que a objetificação dos corpos e a opressão ocorre não somente com mulheres cisgêneras, mas também com pessoas trans.

Ademais, cabe ressaltar que são os movimentos sociais que fazem as coletas de dados sobre o número de assassinatos de pessoas LGBTQIA+. Uma vez que, o Estado não considera isso relevante, não contabilizando essas mortes e nem aderindo um olhar sistemático sobre essa questão (CARRARA; VIANA, 2006). O mais agravante disso é perceber que pessoas trans além de lutarem pelo seu direito a vida, atualmente, precisam lutar pelo seu direito a morte. Muitas estão sendo enterradas nesse período pandêmico sem levar em consideração seu nome social, sendo utilizado nesse momento o nome do registro civil.

O contexto de epidemia da covid-19 deixa explícito a falência da assistência social por parte dos governantes, em específico o governo Bolsonaro, atual presidente da república do Brasil. Muitas políticas assistências não chegam à população LGBTQIA+. Sabe-se que esse apoio dificilmente contempla essas pessoas, pois muitas entidades assistencialistas possuem um viés LGBTIfóbico. A situação se agrava a partir do momento em que o Brasil vivencia uma

conjuntura política do governo Bolsonaro que reforça o comportamento supressor para com esses grupos.

O Brasil infelizmente parte de uma realidade historicamente excludente, sendo um país que usou da lógica do extermínio de populações desde o genocídio indígena até o extermínio da juventude negra. Além disso, é uma nação que pratica feminicídio, sobretudo o feminicídio de travestis e transexuais. Para mais, ainda exerce a subalternização e objetificação desses corpos. A sociedade brasileira trata o corpo trans como objeto, sendo um país que mais consome pornografia dos corpos transexuais e travestis. E como parte desse processo de objetificação, não considera e não reconhece pessoas trans como produtoras de conhecimento.

A violação de direitos humanos ocorre diariamente com pessoas trans, sendo comum o desrespeito em espaços públicos ou em espaços de circulação. É um absurdo pensar que o STF ainda tem que julgar se pessoas trans podem fazer uso de banheiros de acordo com sua identidade. Isso leva a reflexão do quanto a sociedade necessita passar por um processo de educação sobre a diversidade, pluralidade, sobre reproduções de práticas coloniais de opressão que excluem pessoas, e que as impedem de exercer com respeito e dignidade os seus direitos.

De acordo com um levantamento feito em conjunto com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Grupo Gay da Bahia (GGB) e Agenda Bahia do Trabalho Decente/Setre, no ano de 2019, mais de 30% das empresas evitaram a contratação de LGBTQIA+ (A TARDE, 2020). As vagas que surgem são especificamente para setores do comércio e call center. De acordo com Thiffany Odara, em entrevista para o jornal *A Tarde*, “as estruturas sociais do nosso país, forjadas com práticas cis hétero normativas e excludentes, mostram como as trans são invisibilizadas e marginalizadas”. Em relato sobre sua trajetória pessoal, destacou que a conquista do seu trabalho se deu em virtude de um projeto voltado para direitos humanos, pois salienta que enquanto educadora, é barrada em seleções de emprego em escolas particulares e outras instituições (A TARDE, 2020).

Thiffany Odara é travesti, negra, residente da cidade Lauro de Freitas (BA). Ela foi a primeira travesti baiana a se formar em educação. A mesma se coloca na condição de privilegiada pela possibilidade de frequentar ambientes em que a maioria das pessoas trans tem o direito negado. Assim, Thiffany afirma: “Eu me sinto solitária no núcleo de trabalho por saber que muitas das minhas colegas sequer têm o ensino fundamental completo” (A TARDE, 2020).

Thiffany Odara é graduada em pedagogia, possui especialização em gênero, raça, sexualidade e etnia. É autora do livro “Pedagogia da desobediência: Travestilizando a educação”, no qual aborda a produção de saberes travestis na cidade de Salvador (BA), reunindo

histórias do movimento trans com as teorias do feminismo negro. Thiffany fala sobre a necessidade de travestilizar a educação como maneira de construir ambientes de conhecimento direcionado para todes. Em seu livro, ela versa sobre a desobediência do modelo educacional arquitetônico colonial, frisando ser preciso deseducar para ofertar uma nova pedagogia.

Verifica-se que a evasão escolar de pessoas trans ocorre geralmente quando completam 13 anos de idade. Nesse período, muitas são expulsas de casa pelos pais ou responsáveis, sem apoio legal, passam a viver nas ruas. Como consequência desta realidade, foi contabilizado que em 2018 no Brasil, cerca de 0,02% estavam na universidade, 72% não possuíam ensino médio e 56% não completaram o ensino fundamental (ANTRA, 2020).

As universidades federais têm criado algumas estratégias como a política de cotas para incluir alunas/os trans. Esta população, como é possível perceber, tem presença muito pequena no ensino superior. Este sistema de Cotas para trans é um ganho considerável. Entretanto, avanços políticos se fazem necessários no acesso e permanência na educação primária desta população para que consigam concluir todas as etapas do ensino até o ingresso ao superior. A opressão no ambiente escolar é muito grande, neste se faz presente o preconceito, machismo, transfobia, além da cisheteronorma que impedem que pessoas trans consigam estudar. Encontrar este público no ambiente acadêmico é ainda mais difícil, porque muitos não conseguem passar pelas etapas de ensino fundamental e médio.

Doze das sessenta e três universidades públicas do país possuem cotas específicas para alunos trans, o que equivale a 19% do total. Essas reservas de vagas têm ganhado espaço também nos programas de pós-graduação. Algumas universidades federais como a do Rio de Janeiro, Bahia, Recôncavo da Bahia, Sul da Bahia, Mato Grosso, Paraná, Fluminense, Santa Catarina, Pernambuco, Rio Grande do Sul e de Brasília possuem vagas para transgêneros em pelo menos um dos seus programas de mestrado e doutorado (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Assim, nota-se que o número de instituições que aderem cotas para transexuais, travestis e transgêneros ainda é pontual. E como não existe legislação federal que regule essas cotas, as universidades possuem autonomia para estabelecer políticas afirmativas.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é umas das universidades que adota desde a sua origem ações afirmativas na graduação. Em março de 2018, essa universidade resolveu englobar a política de cotas para trans nos programas de pós-graduação. Assim, através da criação da resolução nº 017/2018 visou ampliar a inclusão e permanência da população trans nos cursos de pós-graduação da UFRB. De acordo com esta resolução, pessoas trans quando aprovadas no processo seletivo, será oferecida uma vaga supranumerária. Além disso, para esta

modalidade de vaga, o/a candidato/a trans apenas precisa preencher uma autodeclaração no momento da inscrição (UFRB, 2018). Sobre a autodeclaração, isso se configura um progresso importante, visto que não é preciso apresentar nenhum exame médico ou laudo psicológico que ateste a sua identidade.

2.4. “Intelectuais Trans”

Como pôde-se constatar ao longo da escrita deste trabalho, a exclusão sistemática faz parte das vivências trans, sendo que esta ocorre principalmente no âmbito familiar e escolar. Por conta disso, é notado que aqui no Brasil ainda é pequeno o número de pessoas transgêneras no ambiente acadêmico. No entanto, mesmo sendo pouca, essa presença deve ser evidenciada, pois a cada dia dentro das universidades pessoas trans se tornam produtoras de conhecimento.

Mas como esses sujeitos passaram de objeto de estudo de cientistas como Money, Benjamim e Stoller para produtoras/es de conhecimento? Em linhas gerais há um interesse muito maior dos indivíduos em tratar da população trans enquanto objeto de estudo, dificilmente essas pessoas são encaradas como parceiras de pesquisa. Todavia, graças aos movimentos sociais, bem como os efeitos positivos que esses movimentos trouxeram, contribuíram para que pessoas trans pudessem se tornar intelectuais.

A garantia de alguns direitos como a autorização do uso do nome social nas escolas, no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), e a criação de cotas para pessoas trans em universidades ajudaram a abrir portas. Essas conquistas construíram uma autoestima, estabelecendo que é possível ocupar esses espaços. No Brasil, atualmente temos modelos de intelectuais trans, exemplos potentes a serem seguidos e por isso devem ser mostrados. Professoras e pesquisadoras como Jaqueline Gomes de Jesus, Helena Vieira, Daniela da Silva Prado, Danieli Balbi, Helena Cortes, Ariane Sena, Thiffany Odara, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Luma Nogueira e Fran Demétrio as quais conseguiram ocupar ambientes acadêmicos rompendo automaticamente com as narrativas de que esses locais não eram seus. Essas pesquisadoras, nos dias de hoje, produzem conhecimento dentro e fora das universidades.

A conversão da transgeneridade de objeto de estudo para sujeitos atuantes em pesquisa é uma realidade atual e precisa ser reconhecida. Portanto, este trabalho terá como intuito evidenciar essas pessoas e suas trajetórias pessoais no âmbito educacional. Destacar as trajetórias de intelectuais trans poderá servir como uma espécie de empoderamento, além de abrir caminhos e encorajar outras mulheres transexuais, homens trans, travestis e transgêneros. Contribuindo para a quebra da percepção social que atribui pessoas trans à prostituição.

Intelectuais trans criam nas academias novas narrativas capazes de quebrar estereótipos e reafirmar o seu lugar de direito.

É preciso frisar também que transgêneros tem encontrado outros espaços de autorreconhecimento, como por exemplo a internet. As redes sociais têm servido como um ambiente importante e transformador, pois se pode disseminar relatos, explicações, histórias e lutas que vem modificando a forma da sociedade perceber a transgeneridade. As/os influenciadoras/es digitais trans ganham cada dia mais visibilidade no mundo virtual, e com milhares de seguidores levam informações que promovem mudanças de comportamentos e opiniões.

Através dos diversos canais de comunicação como, *YouTube*, *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*, alguns influencers como Jonas Maria, Rosa Luz, Thammy Miranda, Mandy Candy, entre outros, colaboram para uma sociedade menos preconceituosa. Eles/elas discutem nas redes sobre gênero, raça, transfeminismo, transfobia, exclusões, entre diversos assuntos. Produzem a todo momento conteúdos que ensinam sobre diversidade, pluralidade, combate a opressões, influenciam e conscientizam a sociedade a ter engajamento político.

Assim, é relevante ressaltar outras personalidades trans famosas na internet, que são representatividade no ambiente virtual e influentes internacionalmente. Figuras como Pablo Vittar e RuPaul marcam a transgeneridade de forma significativa nas redes sociais. Funcionam como exemplo de que esta população atualmente está presente em inúmeros espaços. Estão nas universidades, nas novelas, nos palcos, em empregos formais e nas plataformas digitais.

São personagens que estão na mídia e que possuem uma visibilidade muito grande. No entanto, é preciso citar a existência de outros influenciadores trans tão importantes quanto, mas que possuem menos notoriedade. Visto que, é necessário refletir sobre o fato do corpo trans ser atravessado por interseccionalidades. Recortes raciais, por exemplo demarcam diferenciações entre pessoas transexuais, travestis e drag queens, o que faz a Pablo Vittar ser um padrão de mais visibilidade do que a Linn da Quebrada.

Os canais de comunicação possuem um papel importante no processo de humanização dos corpos transgêneros. Ligar a TV e ver uma pessoa trans interpretando um personagem ou apresentando em *live* um conteúdo importante, politizando aquele espaço, ou até mesmo ouvir sua música ou ver seu vídeo clipe, contribui para tornar evidente e natural o fato desta população possuir os mesmos direitos que pessoas não trans. A presença de transgêneros nas mídias garante sua cidadania, humanização e representatividade.

Indivíduos transvestigeneres são cada vez mais visíveis principalmente por conta do ativismo em redes virtuais. Nestes espaços formulam novas realidades, reconfiguram relações de gêneros e estabelecem identidades sociais e pessoais. O ativismo social frequente dessa população tem aumentado a consciência política da própria comunidade trans. Isso se dá em virtude das pessoas passarem a se perceber e serem percebidas como integrantes desse grupo social. Notam que compartilham sentimentos em comum e assim, começam a se comprometer com o grupo (JESUS, 2012).

As redes sociais também funcionam como um amplificador de espaço de discussão da luta contra despatologização trans, além de trazer à tona demandas particulares sobre homens trans em nossa sociedade. O ambiente virtual se tornou um lugar possível para homens trans relatarem sobre o machismo que sofrem devido as manifestações estereotipadas da masculinidade. A exemplo do que já havia identificado Patricia Hill Collins (1990) em relação as mulheres negras na universidade, a visibilização cada vez maior da população trans no universo acadêmico pode ser considerado um importante processo político de emancipação que busca publicizar suas necessidades específicas, suas histórias e posições sociais, mas serve também para modificar toda a universidade.

CAPÍTULO 3: ELAS NA PELE DELAS

3.1. Socializando a Transgeneridade

Para Georg Simmel (1908), qualquer forma de interação entre seres humanos deve ser considerada uma configuração de socialização. Parsons (1955), afirma que a socialização acontece nas diversas dimensões da vida dos indivíduos, seja ela no seio familiar ou nos relacionamentos secundários. O processo de socialização envolve o ser humano, suas interações, comunicações e atividades no meio social em que vive, ou seja, suas relações familiares, escolares, universitárias, amigáveis, vida profissional, meios de comunicação de massa, religião, entre outros.

Na obra “A Construção Social da Realidade”, Peter L. Berger e Thomas Luckman (2007), defendem que o ato de socializar é algo existente desde os primórdios, fazendo parte da evolução humana. Os autores afirmam ainda que este processo é indispensável para a construção das sociedades em diferentes esferas do mundo, pois para eles o ser humano não se insere em uma sociedade estando sozinho. O processo de socialização tem seu início a partir do momento em que uma comunidade interage entre si, produzindo hábitos, costumes e, sobretudo, regras e normas a serem seguidas.

A família é o primeiro vínculo de socialização do ser humano. Ela tem papel fundamental quando existe coesão e amor parental, uma vez que, a partir dela é formado os primeiros vínculos e laços afetivos (COSTA & ROSSETTIR, 2009). A família é a nossa relação primária. É também através desta que aprendemos a seguir convenções de gênero. Ao não permitir, por exemplo, que meninos não usem roupas na cor rosa ou até mesmo proibir que meninas brinquem com brinquedos ditos como masculinos e vice-versa, ou ao condicionar meninas a brincadeiras que representem o papel social de mãe, cuidadora e doméstica.

Esse primeiro vínculo de socialização repassa para crianças “ensinamentos” naturalizados dentro da sociedade, as quais são práticas reguladoras de gênero que têm grande impacto sobre os corpos e suas identidades. Por conta disso, a revelação da identidade de gênero a família é algo muito complexo para pessoas LGBTQIA+, pois envolve aspectos sociais, culturais e estigmas. A transgeneridade corrompe as normas de gênero estabelecidas pelo núcleo familiar e pela sociedade em si, gerando reações negativas, como rejeição emocional, violência verbal, física e até expulsão de casa. Estima-se que 13 anos de idade é a média em que travestis e pessoas transgêneras são expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2020).

As reações da família inicialmente no momento de revelação da identidade percorrem pelos questionamentos dos motivos pelos quais seus filhos são LGBTQIA+, busca-se culpas ou atribuir culpados, sensações de fracassos, de perda, frustrações, medo com o futuro planejado ou idealizado para o filho (a), dúvida e medo de como será a sua permanência e vivência em sociedade, vergonha social e até mesmo sentimento equivalente ao luto (FRAZÃO & ROSÁRIO, 2008).

Pais e mães se deparam com o rompimento de forma abrupta dos “sonhos” idealizados para seus/suas filhos/as, instalando um conflito na relação familiar. É como se essa notícia fizesse arruinar todos os projetos que eles pensaram ou planejaram para os/as filhos/as ao nascer. E a culpa que muitos pais sentem pode ser percebida na ideia de que poderiam ter feito algo diferente para mudar essa realidade ou que deveriam ter notado algo antes (SOLIVA & SILVA, 2014).

Supõe-se que são os pais que possuem a capacidade de perceber os “sinais” que os levariam a concluir que alguma coisa está “errada”. Diante desses sinais, o núcleo familiar passa a desenvolver um rígido processo de repreensão baseado na autoridade familiar. Esse processo de repreensão parte de ações extremistas que vão desde a proibição até maneiras mais cruéis de violência (SOLIVA & SILVA, 2014).

As famílias geralmente reagem mal no início, existindo muitas vezes atitudes de rejeição, o que leva a uma crise familiar. Diana, 31 anos, negra, mulher trans, doutora em ciências da literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atualmente professora da escola de comunicação da UFRJ, disse que:

Eu descobri que era mulher aos 4 anos de idade. Eu falava com minha mãe já naquela época, não com esse grau de elaboração, claro. E ela ficou muito assustada, não foi positiva a reação dela. Mas, desde aquele momento eu já me identificava com o gênero feminino.

Diana ressalta que foi criada por mãe solo, e que sempre observou a figura de sua mãe como uma referência de tudo que queria ser. Ela conta que foi criada por uma família de mulheres negras em que todo paradigma de virtude, força, sucesso profissional, passava pela afirmação do gênero feminino. Isso a fez automaticamente se entender como uma mulher, tendo descoberto o gênero masculino muito tempo depois.

Ela expõe que eram nove mulheres em sua casa e só o seu irmão se afirmava e performava o gênero masculino:

Eu penso que o meu irmão que é o diferente. Como é que diante de tantas referências femininas e ausência de referência masculina, ele conseguiu se entender ou se ver como homem?

Diana diz que a afirmação da sua descoberta se deu durante a adolescência, por volta dos seus 13, 14 anos, momento no qual teve a noção e consciência de que era uma mulher trans. Ela informa que entrou na universidade cedo, cursando letras aos 18 anos, e que já se identificava como mulher nesse ambiente extrafamiliar, mesmo que com pouquíssimas alterações corporais.

Neste período afirmou performar uma figura mais andrógena, usando camisas sem cor, calça jeans, nada que determinasse um gênero especificamente e nada que atribuísse o gênero feminino. Mas, conta que na graduação já se afirmava como “a Diana”, e que todos a referenciavam assim no ambiente universitário.

Diana narra que aos 24 anos não suportava mais sua imagem marcada de forma acentuada pelo padrão masculino:

Eu já me encontrava no final do mestrado, quando tive disforia de gênero. Fique muito mal. A imagem que eu tinha de mim, a minha plenitude era enquanto mulher. Então, quando eu não via no espelho o reflexo daquilo que eu achava que deveria ser, a minha expressão estética no mundo, me deixava muito mal. Os pêlos, as marcas proeminentes do masculino foi me desesperando.

A interlocutora declara que precisava compartilhar com sua mãe sobre sua identidade de gênero, pois a sua aparência não condizia com aquilo que sentia ser, ressaltando que isso quase a deixou depressiva. Diana diz que reuniu sua mãe e sua madrinha para externar o que se passava, mas enfatiza que as duas não reagiram bem:

Eu procurei o IEDE (Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia) aqui no Rio de Janeiro, pois lá fazem acompanhamento hormonal de pessoas transexuais e travestis. Procurei auxílio psicológico e uma série de laudos e apresentei para minha mãe pra que de certa maneira ela entendesse que eu não estava louca. Eu recorri a patologização da transexualidade para fazê-la me entender e me aceitar. Mas, não foi isso que aconteceu. Ela me expulsou, me empurrou da casa dela, minha madrinha chorou, foi uma cena dramalhão de novela.

Apesar dessas cenas serem constantes nas trajetórias de pessoas trans, pesquisa recente como a de Gustavo Monzeli (2013), aponta que uma mudança pode estar ocorrendo atualmente em relação a uma maior aceitação das famílias para com as pessoas transgêneras, em comparação com travestis e transexuais que pertenceram a gerações mais antigas. Essa transformação pode ser observada na trajetória de vida de uma das informantes desse estudo, na qual encontrou espaço para expressar sua identidade de gênero sem restrições familiares. Foi notado na figura materna o ponto crucial de apoio e aceitação.

Amanda, mulher trans, negra, 40 anos, residente da cidade de Riachão do Jacuípe no interior da Bahia, foi a primeira repórter transexual de programa policial na TV aberta do Brasil. Criada por mãe solo, conta que sua mãe sempre foi sua apoiadora e incentivadora:

Aos 5 anos de idade queria uma Barbie (boneca usada como brinquedo infantil) e minha mãe já percebia essa diferença em mim. O feminino dela me inspirava. Ela me deu forças e ajudou na minha construção corporal que ocorreu nos meus 17 anos.

Amanda ressalta que seu pai não convivia mais com sua mãe quando nasceu, havendo na época uma briga para ele registrá-la. Segundo Amanda, a rejeição do seu pai não estava relacionada a sua identidade de gênero. Ela frisa que quando tinha 22 anos, seu pai não reconheceu quando a viu, mas que, a tratou bem e disse: “A vida é sua, você faz dela o que quiser”.

Amanda afirma que a relação com o pai era relapsa, destacando que ele não era participativo em sua vida:

Ele só surgiu na minha vida quando fiz a transição corporal. Me procurou e me enganou dizendo que fez sociedade com um clube e pediu para que eu assinasse os papéis, pois se caso eu quisesse frequentar o clube eu iria como dependente dele. E eu assinei os papéis na verdade renunciando à minha pensão que ele pagava.

Amanda conta que apesar desse episódio com o seu pai, atualmente tem uma boa relação com ele. Ressalta que o mesmo a trata no feminino, é mais presente e que demonstra afeto. Percebe-se que neste caso, não houve rejeição do pai de Amanda por ela ser uma mulher trans e sim por não querer cumprir os seus deveres enquanto pai quando ela nasceu.

Durante a produção de dados da pesquisa foi notado que a figura materna aparece como fonte de aceitação e apoio em duas trajetórias de vida quando foi decidido contar para família sobre sua identidade de gênero. Isso é constatado na trajetória de Amanda e de Walesca.

Walesca, 26 anos, parda, se identifica como travesti, nasceu em Fortaleza no Ceará e foi criada no interior de Sobral, no sertão grande do nordeste Cearense. É formada em pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Sobral, mas atualmente exerce a função de assessora parlamentar na Câmara dos Vereadores da cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com a interlocutora, quando completou seus 11 anos de idade começou a entender e se identificar como uma pessoa transgênera. A sua mãe a apoiava, mas ressalta que tinha muito medo de seu pai machucá-la por isso:

Meu pai era violento em casa. Minha mãe me aceitava enquanto uma pessoa trans, mas meu pai tinha ódio de mim. Em casa era um lugar de silêncio. Ele fazia isso pra minha mãe não poder me ajudar, porque na visão dele se minha mãe não me ajudasse eu não iria me aflorar. Meu pai bebia, fazia zona dentro de casa. Toda violência doméstica que minha mãe sofria eu passava em triplo. Eu tinha medo de minha mãe ser assassinada, então eu acabava não ficando muito dentro de casa. Preferia ficar na escola, fazendo cursos e fazendo prática de esporte. Eu era a única trans presente nesses espaços.

Percebe-se que na vivência de Walesca, como uma forma de se proteger e de proteger sua mãe das violências praticadas pelo seu pai, ela adotava como estratégia de sobrevivência passar maior parte do tempo fora de casa. Assim, ela dedicou maior período da sua vida aos estudos, estando mais na escola. Estar fora de casa era um mecanismo de proteção contra a transfobia, as agressões físicas e psicológicas, uma vez que seu pai era alcoolista e não aceitava sua identidade de gênero.

Por passar maior tempo na escola, Walesca precisou enfrentar sozinha os preconceitos deste ambiente, já que era a única travesti no âmbito escolar e precisava lutar pela sua permanência. Ela conta que sua mãe não podia ajudar, seu pai exigia que ela ficasse em silêncio, como ilustra na fala abaixo:

Eu passava por todo sofrimento sozinha, eu tive que me virar. Meu pai silenciava minha mãe na tentativa de me deixar constrangida e eu não exteriorizar minha identidade de gênero. Eu lutei sozinha na escola pelo meu direito de estudar, ter meu nome social e fazer uso do banheiro feminino. Me entendi como cidadã e resisti na escola. Briguei mesmo por isso, pois não conseguia transitar na escola, não conseguia pegar um lanche, fazer amizade, mas tudo isso me fortaleceu.

3.2. Cotidiano Escolar: Narrativas de Estratégias e Resistências

De acordo com Maria Rita César (2009), o âmbito escolar em sua maioria ainda exerce o preconceito e a exclusão de pessoas trans, e por consequência contribui para a evasão dessa população. Algumas recusas demarcam a dificuldade de transgêneros se manterem em instituições escolares. Isso é notado, por exemplo, no não reconhecimento do uso do nome social e na utilização do banheiro referente ao gênero que essas pessoas se identificam. Todos esses aspectos destacados se referem nitidamente ao desrespeito e a transfobia sofrida nesses espaços.

É importante dizer que a vivência explícita da transfobia se apresenta de maneira estrutural na sociedade brasileira. Ela está muitas vezes institucionalizada em órgãos governamentais, como hospitais, universidades e, principalmente, nas escolas. Segundo Berenice Bento (2011), em sua obra “Na escola se aprende que a diferença faz a diferença”, a autora faz um destaque para o que chama de heteroterrorismo, que nada mais é que, um terrorismo constante que pessoas transgêneras sofrem por pessoas heterossexuais seja por conta dos seus trejeitos, tom de voz, vestimenta, brinquedo preferido ou por algum comportamento peculiar.

Para Bento (2011), a escola é um espaço reprodutor do heteroterrorismo iniciado no seio familiar. De acordo com a autora, o ambiente escolar se torna tão opressor que a pessoa

transgênera se sente expulsa daquele meio social, o que acarreta o abandono escolar. Bento afirma que a população LGBTQIA+ é submetida a isolamento social, zombaria, apelidos, perseguições e agressões por parte de seus colegas. Além de lidar com o despreparo do corpo docente em refrear tais problemas do contexto escolar.

Sobre esse heteroterrorismo e despreparo dos dirigentes das instituições de ensino, as informantes deste trabalho trazem falas específicas sobre a vivência dessas questões no período escolar. Percebe-se na trajetória de duas informantes um ponto em comum em relação aos seus estudos, elas sinalizaram a necessidade de se impor, buscar os seus direitos, e estar presente participando das atividades da escola como estratégia de sobrevivência. O “ser vista”, a exposição da sua imagem funcionava como uma oportunidade das pessoas entenderem que aquele espaço também eram delas por direito, e que elas podiam e deviam estar ali.

Nota-se que as interlocutoras se envolviam em diversas atividades dentro da escola como maneira de resistir às práticas LGBTifóbicas e sobreviver ao contexto. Ao mesmo tempo que lutavam conseqüentemente por seus direitos como cidadãs. Talvez esse comportamento de imposição, de não desistir e não aceitar as rejeições, exclusões e preconceitos seja uma característica presente das gerações recentes de pessoas trans. Atualmente, as discussões sobre o respeito e inclusão da população LGBTQIA+ são mais frequentes por conta do ativismo, militância e acesso à internet, o que permite pessoas trans obterem informações, se conectarem com realidades parecidas com as suas e se empoderarem.

Para Walesca ir em busca de informações sobre seus direitos foi fundamental para que ela conseguisse garantir sua permanência na escola, como frisa em sua fala abaixo:

Na tentativa de destruir o preconceito dentro da escola e para que eu me sentisse respeitada pelos professores e alunos, eu fui procurar meus direitos como cidadã. Isso me ajudou a entender que eu tinha sim direito de estudar, ter meu nome social e fazer uso do banheiro feminino. Ter esse conhecimento me fortaleceu muito.

Walesca ainda ressalta sobre suas participações em cursos dentro da escola, pois passava grande parte do tempo neste espaço, visto que seu pai era uma pessoa agressiva em casa e não aceitava sua identidade de gênero. Em relação a isso, ela conta:

No ensino médio fui considerada uma das 10 jovens cearenses mais promissoras na área de idiomas. Particpei de um concurso que só pessoas que conseguiam falar fluentemente inglês poderiam participar. Isso foi um divisor de águas para mim, porque tive a oportunidade de ir para capital fazer cursos. Com isso, eu furei uma bolha, porque até então, só quem estavam nesses lugares eram pessoas cisgênero, brancas e heterossexuais. E quando as pessoas veem uma travesti ali, gera toda uma confusão. As pessoas se perguntavam: o que isso? Tem uma trans estudando idiomas e sendo premiada? Aí deu um babado!

Já Diana, em sua trajetória escolar adotou como estratégia de sobrevivência performar uma postura de muita força na tentativa de evitar ou diminuir a transfobia que sofria. Sobre isso, Diana conta:

Uma certa vez, um colega me deu um soco na boca e sangrou muito e eu não tive coragem de dizer a motivação real daquele soco. Eu também não podia entrar no banheiro feminino. Eu estudei numa escola municipal no Rio de Janeiro em uma comunidade muito violenta, então eu tinha que ter jogo de cintura para lidar com isso. Eu resisti!

Em relação ao ensino médio, Diana diz que participou de movimentos LGBT'S e de movimento político estudantil e que por estar envolvida nessas atividades não sofria práticas LGBTIfóbicas. Ela evidencia em sua fala abaixo que:

No ensino médio fui para um colégio estadual de nível técnico com uma presença muito forte de militância estudantil. Era uma escola com uma estrutura diferente. Eu participava de todos os movimentos, então me tornei alguém de referência. Eu descobri a cirurgia nesse período e eu dizia que eu iria fazer. As pessoas na escola me chamavam por Diana e nesse período me afirmei como mulher trans.

Percebe-se que por participar e ser uma pessoa de forte presença nesses movimentos, Diana conseguiu “amenizar” ataques e violências. Esse mecanismo a ajudou a não desistir dos estudos e se manter dentro desse espaço. Os entraves que ocorriam, no seu caso, a motivaram a resistir e mostrar bons resultados.

Diana era uma aluna muito ativa dentro do colégio, participava do grupo de teatro e se envolvia em outras atividades como organização das salas. Passava maior parte do tempo dentro da instituição. Por se tratar de um colégio integral, seu horário encerrava no final da tarde no segundo turno, mas ela frisa que ficava até a noite, se envolvendo em outras atividades, o que gerou um certo desconforto no corpo pedagógico do colégio.

Diana conta que a orientação pedagógica se incomodou com essa questão, convocando sua mãe a ir ao colégio. Sobre isso ela conta:

Algumas pessoas da direção e da própria estrutura pedagógica do colégio se incomodava comigo por eu fazer parte do movimento estudantil. Então, tinha pessoas da direção que apoiava, que mostrava acolhimento e outras não. Existia a LGBTIfobia da estrutura. A orientação pedagógica chamou minha mãe para dizer que eu era uma má aluna, que ficava na escola fazendo arruaça e expos a minha condição de transexual. Eles disseram: “o seu filho, mãe é conhecido como a Diana no colégio, isso é um absurdo!” houve um desrespeito muito grande em expor algo íntimo meu, além do objetivo ser atacar uma aluna que fazia parte do movimento estudantil do colégio. Nessa época eu não tinha contado para minha mãe sobre minha identidade de gênero.

A partir disso, pode-se entender que a transfobia ocorria de forma estrutural, não se tratava apenas da violência realizada pelos alunos, isso se estendia a professores e dirigentes da

instituição. E talvez essa violência tivesse muito mais força se Diana não fosse uma figura ativa, presente e engajada em movimentos dentro do colégio. Ela encontrou neste mecanismo uma forma de se defender das violências e tentar naturalizar a sua presença dentro deste espaço.

Já para Amanda, seu percurso escolar foi marcado por muita perseguição e transfobia por parte de alunos e professores. Ela conta que seu professor levava constantemente reclamações sobre ela pra direção, alegando que ela falava muito alto ou que estava transitando em locais que não deveria. Amanda afirma que era difícil contestar as reclamações que ele fazia, pois a repressão era muito grande. Sobre uma das violências que sofria por parte deste professor ela diz:

Ele juntou três meninas da escola e as induziram a falar que estavam se sentindo constrangidas por eu usar o banheiro feminino e que eu estava assediando-as. Ele pediu para elas afirmarem que eu tinha atração por mulheres. Naquele tempo as pessoas no colégio me chamavam de “viado”. Diziam que eu era um homem que se vestia de mulher. Depois desse episódio eu me prejudiquei muito porque parei de estudar. Só retornei depois de quase dez anos.

Amanda desistiu dos estudos por não se sentir protegida pelo colégio, lugar este que deveria ser de segurança física e emocional. Este espaço deveria funcionar como um ambiente de desenvolvimento de potencialidades e de alteridade, levando em consideração a diversidade existente em nossa sociedade. Porém, infelizmente, em relação a pessoas trans é no período escolar que verificamos uma extensão da violência sofrida nas ruas e até mesmo dentro de casa. Quando se é permitido que um educando seja alvo de violência dentro do âmbito em que estuda, colabora-se para o processo de exclusão e se permite que comportamentos agressivos sejam naturalizados.

Nota-se que na trajetória de Amanda a transfobia interrompeu seus estudos por um grande período. No entanto, ela decidiu retornar em virtude do seu desejo de querer concluir o ensino médio e ingressar no ensino superior. Mas, em seu retorno ao colégio Amanda mais uma vez foi vítima de violência. Isso mostra que mesmo com o passar dos anos, o ambiente escolar continuou reproduzindo ações transfóbicas. Esse cenário diz respeito a diversas escolas em nosso país que normatizam esse tipo de violência naturalizando a transfobia e o discurso de ódio.

Sobre o seu retorno após quase dez anos sem estudar, Amanda conta que quando voltou foi vítima de preconceito novamente. Ela expôs que:

Quando voltei a estudar, eu ia para o colégio de Chevette e os alunos acharam uma forma de abrir a porta do carro e por várias vezes pegaram esse carro e esconderam, empurravam e deixavam em ruas bem distantes. Já colocaram também sabugo de milho no escapamento do meu carro para que não tivesse compressão e batesse o motor. E isso fez com que eu me afastasse do ambiente escolar mais uma vez. Eu

estava fazendo o acelerado do ensino médio a noite para tentar ir para o terceiro ano logo e concluir, mas parei novamente.

Mesmo não conseguindo concluir o ensino médio, Amanda tentou a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e conta que mesmo sem estudar como deveria, ficou em terceiro lugar como melhor prova do município em que residia. Em virtude disso, ganhou uma bolsa integral em uma faculdade na cidade de Feira de Santana, Bahia. Amanda decidiu nesta época fazer o exame supletivo para que conseguisse acelerar as séries que faltavam para finalizar o ensino médio e assim poder se matricular na faculdade. Ela ressalta que em seis meses fez todas as provas e concluiu o segundo grau, ficando apta para o ensino superior.

Nota-se que para Amanda ingressar no ensino superior passou por muitos obstáculos no âmbito da educação. A escola foi o ambiente que mais dificultou o seu desenvolvimento. Entretanto, é evidente que mesmo Amanda não suportando as violências dentro do espaço escolar, encontrou uma forma de persistir. Neste caso, ter realizado a prova do ENEM funcionou com uma “estratégia”, era possível adentrar no ensino superior como ela desejava, apesar da exclusão e violência sofrida durante sua trajetória escolar.

Adentrar no ensino superior e ter uma profissão era um desejo de todas as entrevistadas. Para isso, tiveram que lidar com todas as violências destacadas acima, e persistirem. A escola se mostra ainda como um local opressor para muitas/muitos transgêneros e diante dos relatos das entrevistadas é possível concluir que pessoas trans não evadem o ambiente escolar, na verdade elas são expulsas de forma agressiva e cruel.

O que é notado diante dessa realidade dura das interlocutoras é a resistência. Foi preciso resistir muito para conseguir concluir os estudos e lidar com a transfobia. Na trajetória delas foi constatado a necessidade de se impor e de estar presente em locais que historicamente são negados a elas o acesso. As informantes tiveram que persistir para se apoderar do espaço escolar, espaço público este de direito delas.

É válido mencionar a necessidade de políticas de inclusão dentro dos espaços educativos, além de professores e dirigentes preparados para lidar com a diversidade, sendo capazes de assegurar um ambiente saudável e confortável para estudantes transgêneros. Pois, embora a escola tenha funcionado como principal reprodutora da visão cisheteronormativa e binária das relações sociais, ela ao mesmo tempo continua sendo um espaço importante e possível para construir e/ou reconstruir debates sobre questões que contribuam para desmistificação e transformação da vida das pessoas que são atravessadas por processos

históricos e sociais de marginalização, violência e discriminação, como a população LGBTQIA+ (GARCIA, 2009).

3.3. Ensino Superior: A Realidade De Pessoas Trans em Ambientes Hetero-Cis-Normativos

Apesar das evoluções ocorridas ao longo do tempo no âmbito da educação superior relacionadas a políticas de cotas e reservas de vagas destinadas em universidades públicas para o acesso da população travesti, mulheres e homens trans, transmasculinos e demais pessoas trans, muitos encontram dificuldades para permanecer dentro do ambiente universitário.

Como evidenciado, transgêneros tem tido suas vidas prejudicadas historicamente devido ao apagamento social da sua identidade e expressão de gênero, fazendo com que muitos desses corpos sejam expulsos das escolas impossibilitando sua chegada no ensino superior. E como foi mostrado ao longo desta pesquisa, mesmo quando 0,02% das pessoas trans conseguem vencer essas barreiras adentrando em universidades, se deparam com dificuldades para dar continuidade aos estudos.

Dentre os obstáculos encontrados por pessoas trans pode-se destacar a dificuldade em pagar moradia, alimentação e a relação entre docentes, alunos e funcionários que em sua maioria não são preparados para lidar com essa população. É notado que é insuficiente o acesso dessas pessoas sem que se assegure a permanência, uma vez que se trata de sujeitos que carregam em si marcas profundas de exclusão.

Para driblar a dificuldade financeira no período da graduação, Walesca destaca que vendia produtos cosméticos. Ela frisa que desde o ensino médio tentava conseguir um dinheiro desta forma:

Pegava minha bicicleta, pegava meus produtos cosméticos e saía para vender. Era a oportunidade que tinha. Colocava tudo na mochila e ia vender em frente a fábrica de lingerie, ao lado do ponto das vans que ligavam as pessoas para a cidade grande. Vender produtos cosméticos foi meu primeiro emprego.

Sobre a entrada na universidade, Walesca destaca que no dia de sua matrícula só havia ela como pessoa trans, ressaltando os olhares voltados a ela neste momento, como algo zoológico. Por ser minoria neste espaço, Walesca novamente teve que lutar por sua sobrevivência:

Lutei para usar o banheiro no Centro de Filosofia e Educação que era o que eu estudava. Levantei debate sobre o uso do nome social, porque se eu não fizesse isso, ninguém ia fazer. Se pessoas trans não estiverem presentes nesses espaços não haverá

transformação, não haverá nada. Ninguém vai fazer por nós. Nossos corpos precisam estar presentes nesses locais e colaborando.

Diante da fala da interlocutora, percebe-se que este espaço não foi pensado para todas as pessoas, e sim para quem se enquadra nos padrões hegemônicos da sociedade. As colaboradoras desta pesquisa são exceções de uma realidade que atinge inúmeros transgêneros que não conseguem se quer terminar o ensino básico. Entretanto, é válido destacar que a presença desses corpos nestes ambientes se torna essencial para promoção de discussões sobre uso de banheiro, nome social, e respeito a população LGBTQIA+, pois são essas pessoas que impulsionam esse tipo de debate quando conseguem transitar nesses espaços. Sobre isso, Walesca afirma:

Para combater a transfobia na graduação eu me juntei com o Centro Acadêmico. Fui a primeira trans do curso de pedagogia presidente do Centro Acadêmico, e eu proporcionava diálogos com a universidade, eu recebia os calouros, eles ficavam em choque por eu ser travesti. Eu também promovia debates para além dos muros da universidade fazendo projetos de extensão. Hoje fico feliz por ter 4 pessoas trans estudando na universidade de Sobral, acredito que essas transformações ocorridas na minha época já serviram para que outras trans pudessem estar lá agora.

Já Diana, em seu percurso durante a graduação, pontua que vivenciou algumas dificuldades, ressaltando que não considera como violências especificamente, mas como dificuldades relacionadas a morosidade e pouca efetividade das ações implementadas no âmbito do acolhimento da transexualidade na universidade pública. A informante conta que o curso de Letras era menos opressor, uma vez que o corpo docente era majoritariamente feminino e não reproduzia misoginia e machismo.

Diana relata que observava que poucos professores homens tinham resistência em tratá-la no feminino. E recorda que quando pediu acesso a mudança do nome social, recebeu uma negativa. Ela frisa que reclamou na ouvidoria da universidade e isso foi resolvido imediatamente. Diana conta também que houve um atraso na retificação do seu nome no diploma. Ressaltando que considera isso como dificuldades enfrentadas e sinaliza que existia um entendimento da universidade sobre a diversidade, sobre anti perseguição e construção de um ambiente harmônico e humano. Declarando que isso a ajudou a continuar estudando na universidade.

Diferentemente das outras entrevistadas, a interlocutora Amanda teve uma vivência universitária distinta, sem sofrer transfobia ou dificuldades dentro do ambiente acadêmico. Em relação a isso ela diz que:

Eu era a única mulher trans da faculdade naquela época (2012). Quando eu cheguei fui chamada na coordenação e o coordenador disse: “quem manda aqui é você”. Ele

reuniu todos os funcionários e pediu para que todos me tratassem bem, com respeito e ressaltando para eles a importância de me tratarem no gênero feminino. Minhas provas vinham sempre com meu nome social, os professores e colegas me chamavam por Amanda. O ensino superior para mim foi a regeneração de tudo que passei no ensino médio. Foi a cicatrização, o remédio, o balsamo. No ensino superior eu fui muito respeitada e agora na pós-graduação também.

Amanda conseguiu bolsa de estudo em uma faculdade privada, apontando que se dividia entre trabalho e faculdade nesse período para poder se manter. É notável a diferença da trajetória de Amanda em relação a Walesca e Amanda durante a graduação. No entanto, a forma como Amanda foi tratada, com respeito e acolhimento, deveria ser um tratamento comum que todas as pessoas transgêneras deveriam receber ao acessar âmbitos educacionais, sejam eles públicos ou privados.

A partir dessas trajetórias, é válido frisar sobre a importância de faculdades privadas e universidades públicas assumirem o compromisso de ser um local que discuta sobre diversidade, e sobretudo, acolha pessoas trans com respeito e dignidade. Sobre o ingresso na pós-graduação as informantes desta pesquisa destacam não terem sofrido transfobia neste processo. Diana evidencia que entrou no mestrado com facilidade, expondo ter gostado mais dessa experiência do que o próprio Doutorado. Amanda, conta que sua vivência atualmente na pós-graduação está sendo maravilhosa e tranquila, ressaltando que todos os seus colegas e professores a tratam de forma respeitosa. Já Walesca, conta a sua trajetória na pós-graduação da seguinte forma:

Tentei o mestrado na universidade Federal Fluminense (UFF), nesse período participei do primeiro edital com cotas para pessoas trans e estou feliz por ter passado por essa experiência. Pessoas trans estão não só na graduação, mas acessando também a pós-graduação. Estamos nos tornando mestres, doutores e esses títulos são muito respeitáveis. E não são só para pessoas cis, brancas e heterossexuais, são para travestis como eu também.

3.4. Trans-formação: A Produção do Corpo Trans

A construção corporal da pessoa trans é algo que envolve questões complexas, se levamos em consideração de que se trata de um processo longo, lento, que demanda tempo e que envolve outras pessoas de forma direta e indiretamente. É um processo no qual é preciso tomar decisões, e praticamente tudo se transforma. O corpo muda, assim como a voz, o cabelo, o vestuário, calçados, atitudes, gestos etc.

Transicionar para outro gênero implica vivenciar algumas fases que podem ocorrer de forma simultânea ou não. A primeira está em reconhecer e legitimar a situação de pessoa transgênera, assumindo para si mesma (o) a existência de uma divergência da identidade de

gênero autopercebida em relação à identidade de gênero recebida ao nascer. A segunda se refere a revelar-se ao mundo externo, enfrentando a transgressão das normas de conduta determinadas pelo dispositivo binário masculino-feminino. E a terceira fase, diz respeito a transformar-se socialmente, mentalmente e fisicamente por meio de recursos diversos que envolve desde o aprendizado de novas habilidades, características e/ou particularidades, à terapia de reposição hormonal e cirurgia de redesignação sexual (LANZ, 2014). Sendo necessário destacar que nem toda mulher transexual e nem todo homem trans realizam a cirurgia de redesignação de sexo.

Cabe aqui reafirmar o que vem sendo exposto ao longo dessa pesquisa, de que a transgeneridade não se configura uma psicopatologia ou transtorno mental. O próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2018 reiterou que as expressões e identidades de gênero são possibilidades da existência humana e que não se restringem ao caráter cisgênero (RESOLUÇÃO, Nº 1, 2018). Essa resolução é motivo de orgulho e um marco importante para psicologia brasileira, pois evidencia que essa categoria profissional vem acompanhando as discussões sobre gênero. A resolução em questão estabelece normas de atuação para psicólogas (os) em relação a pessoas transexuais e travestis, a fim de impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação. E veda a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Além da Resolução Nº 01/2018 que é recente, existe uma resolução mais antiga de Nº 01/1999, que tem como objetivo estabelecer normas de atuação para a categoria em relação a orientação/condição sexual. O documento pontua que nenhum profissional de psicologia deve oferecer qualquer tipo de terapia de reversão sexual, mais conhecida como “Cura Gay”, proibindo a patologização da homossexualidade. A publicação também frisa que psicólogas (os) devem atuar segundo os princípios éticos da profissão, notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção do bem-estar das pessoas e da humanidade.

Estas resoluções do Conselho Federal de Psicologia estão alinhadas com posicionamentos de entidades internacionais como a American Association e a British Psychological Society, além da própria Organização Mundial de Saúde, que retirou a transexualidade do conjunto de doenças mentais em sua última versão do Código Internacional de Doenças (CID11). O CFP repudia a transfobia e alerta sobre seu compromisso com os princípios éticos e de forma a limitar possíveis ações discriminatórias, preconceituosas e patologizantes da diversidade sexual e de gênero.

Por vezes a transgeneridade vem cercada de questões relacionadas também a orientação sexual. Lembrando que, uma pessoa trans pode ter orientação sexual hétero, bi ou homossexual, ainda que no senso comum se considere erroneamente que pessoas trans sejam homossexuais. Por isso, durante a transição se faz necessário que a pessoa fique atenta ao profissional que busca ajuda. Em virtude da pouca qualificação de profissionais da área da saúde que lidam com este público, muitos não sabem diferenciar um conflito em relação a orientação sexual de um conflito relacionado a identidade de gênero, acarretando prejuízos em seus pacientes por não auxiliarem de maneira correta quanto aos seus impasses (LANZ, 2014).

É importante salientar que quanto a identidade de gênero, não cabe a nenhum profissional por mais habilitado que seja, alegar o que uma pessoa é. Somente a própria pessoa pode afirmar quem se é, ao contrário corre-se um grande risco de enganar-se em relação a si mesmo. De acordo com Lanz (2014), quando se fala em transgeneridade não existem questões simples, fáceis e nem muito menos superficiais, tudo é complexo e profundo.

Foi abordado ao longo deste estudo, que em termos de serviços de atenção à saúde da pessoa trans, no Brasil vigora a Política Nacional de Atenção Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS), que garante o tratamento hormonal e cirúrgico, além de considerar fatores psicossociais deste processo como por exemplo saúde mental (BRASIL, 2013).

É válido expor, que o nome social, que se refere ao nome que as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans preferem ser chamados(as), é um direito garantido também pelo SUS desde 2009 pela Carta de Direitos dos Usuários do SUS (Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009). Por isso, independente do registro civil ou de decisão judicial, é direito do(a) usuário(a) do SUS ser identificado(a) e atendido(a) pelos profissionais nas unidades de saúde pelo nome de sua preferência (BRASIL, 2009).

Ademais, as travestis e transexuais já podem solicitar a impressão do seu nome social no Cartão Nacional de Saúde (CNS). A adição do nome social ao CNS é garantida pelo SUS e tem como objetivo promover a cidadania sem constrangimentos a pessoas trans. A impressão do Cartão SUS compõe exclusivamente o nome social do(a) usuário(a), tratando com respeito a questão do nome social na tentativa de evitar comportamentos vexatórios ou até mesmo evitar barreiras de acesso deste público ao sistema de saúde (BRASIL, 2014).

É importante dizer que além desses avanços destacados acima serem essenciais, o atendimento à população trans requer do profissional de saúde compromisso e um engajamento em equipes multiprofissionais devido à complexidade das demandas. Por exemplo, no caso das

travestis e mulheres transexuais, mesmo quando já realizaram modificações corporais e/ou cirurgias de redesignação sexual, têm indicação de realizar exames para prevenção de câncer de próstata. Já os homens trans, podem necessitar de atendimento ginecológico, tanto como uma medida de prevenção, quanto para o tratamento de problemas comuns dessa especialidade. Por isso, é tão necessário criar condições pertinentes às necessidades de saúde das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans re-construindo uma cultura de respeito à diversidade e às expressões de gênero (BRASIL, 2016).

Uma das particularidades em saúde deste público concerne a questões relacionadas às modificações corporais. Muitos buscam pelos procedimentos para iniciar a transformação corpórea, e outros buscam atendimento pela necessidade de lidar com problemas causados por tais transformações feitas anteriormente. Isso porque, muitas vezes pessoas trans chegam nas unidades de saúde já tendo realizado algum procedimento de transformação corporal por conta própria em condições inadequadas (BRASIL, 2016).

Observa-se que entre as travestis e mulheres transexuais pode ocorrer o uso abusivo de hormônios femininos, assim como aplicação de silicone industrial em diferentes partes do corpo realizadas por pessoas conhecidas como “bombadeiras” (BRASIL, 2016). Devido às limitações dos serviços em saúde, como a demora em conseguir o processo de transformação corporal, muitas pessoas trans buscam possibilidades diferentes e informais para atenderem suas necessidades, mesmo que isso coloque em risco suas vidas. Nota-se que o uso de hormônios é uma das primeiras providências realizadas para a transformação corpórea.

Já entre os homens trans, é habitual a aplicação de testosterona (anabolizantes esteroides) em academias de ginástica, ou fazerem uso de hormônios masculinos de origem animal, de utilização veterinária. Alguns homens trans também relatam terem danos no tecido mamário e no músculo peitoral devido ao uso prolongado de faixas compressoras na tentativa de disfarçar as mamas (BRASIL, 2016).

Muitas pessoas trans não possuem o apoio familiar no momento de transição corporal. Assim, iniciam este processo de forma solitária ou contam apenas com a ajuda de amigos. No caso de Diana, ela destaca que sua transição se deu de forma tardia, aos 24 anos de idade. E que mesmo buscando laudos médicos para explicar a sua família o que era a transexualidade, reagiram mal. Diana frisa que recorreu a patologização da transexualidade na tentativa de fazer sua mãe compreender sobre, entretanto, não obteve sucesso. A mãe de Diana é enfermeira, e por ser uma profissional da área da saúde, pensou que ao buscar comprovações médicas sobre

a transexualidade faria com que sua mãe aceitasse. No entanto, sua mãe e sua madrinha, duas figuras importantes na vida de Diana, romperam contato com ela.

Diana iniciou a terapia hormonal no Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE) e frisou que em termos de saúde não tinha como não prosseguir com o tratamento mesmo com sua mãe e madrinha sendo contra. Ela conta que o seu pai e seu irmão agiram muito tranquilamente, embora seu pai não tenha acompanhado de perto sua criação, sendo ausente, afirma que neste momento ele se mostrou sensível e acolhedor. Seu pai, seu irmão, algumas amigas e sua orientadora do mestrado a ajudaram neste processo de transformação corporal, mudança de guarda-roupa e acompanhamento médico.

Seis meses depois do processo de modificação corporal, Diana conta ter reatado com sua família, voltando a ter contato e uma relação saudável. Ela ainda afirma que atualmente sua mãe é uma das maiores entusiastas da causa LGBTQIA+. Apesar de não ter tido o apoio total da sua mãe e madrinha no momento de construção do seu corpo, o auxílio e aceitação de seu pai, irmão e amigos fizeram com que Diana conseguisse dar continuidade as intervenções que desejava.

Nota-se que o processo de construção corporal de pessoas trans pode começar a qualquer momento, isso depende do processo de cada um. Na trajetória de vida da interlocutora Diana, a transição só foi possível somente nos seus 24 anos de idade. Essa transformação corporal foi realizada quando ela estava no final do mestrado, já possuía sua independência financeira, trabalhando em uma escola no Rio de Janeiro e morando fora da casa de sua mãe. E mesmo assim, como pode-se perceber, a mãe rompeu laços com a filha por um tempo.

Diana relata sobre o sofrimento em se olhar para o espelho e não enxergar características físicas da mulher que se sentia ser. Os aspectos masculinos estavam adoecendo-a. É preciso dar destaque às trajetórias de vida dessas pessoas, que passam por intenso sofrimento desenvolvendo quadros de depressão, ou processos de automutilação e até tentativas de suicídio que por vezes, estão interligadas aos diferentes tipos de violência que foram submetidos (as) pela sociedade ao longo de suas vidas (BRASIL, 2016).

Já a experiência de transição corporal de Amanda, foi marcada pelo apoio materno e iniciada aos 17 anos de idade. Ela conta que nesse período fez hormonioterapia, mudança de guarda-roupa, e que o feminino da sua mãe era o que a inspirava. Percebe-se que o processo de autoidentificação se mostra como um momento importante na vida dessas pessoas. Trata-se de um marco que sinaliza a descoberta do não pertencimento à identidade gênero designada em

seu nascimento. Essa fase é marcada sobretudo pela estranheza do próprio corpo físico ao não se sentirem homem ou mulher.

Esse estranhamento ocorreu durante a infância de Amanda, ela expõe que aos seus cinco anos de idade se percebia diferente, mesmo sem entender direito o que lhe ocorria, se via como uma menina, gostava de brinquedos femininos e frisa que sua mãe notava essas diferenças. Ela relata que se considerava uma criança normal, embora reparasse algo diferente em si, pois não se sentia um menino.

Sobre sua construção corporal, Amanda diz que tudo começou quando ela e sua mãe buscaram ajuda de uma psicóloga com referência no atendimento de pessoas trans fora do país. A psicóloga estava no Brasil na época e sua mãe procurou suporte da profissional. A partir disso, Amanda iniciou o tratamento hormonal com pessoas especializadas e diz que sua transição ocorreu de forma tranquila, pois seu corpo foi se desenvolvendo com características femininas. Conta que não teve problemas de saúde e que a cada transformação ficava feliz:

Fiquei super feliz quando vi meu cabelo crescer, ficando bonito. Quando consegui colocar mega hair eu queria mudar de cabelo o tempo todo, cacheado, loiro... quando consegui andar de salto e me maquiar a primeira vez de forma correta, tudo isso me deixava contente, era uma vitória para mim. Tudo isso me deixava consciente, tranquila e ia reafirmando em mim a certeza de que estava fazendo algo que eu gostava. Eu não me olhava no espelho e tinha dúvidas, pelo contrário. Cada vez se confirmava a vontade que eu tinha em ser mulher. Minha mãe me apoiou a todo tempo, inclusive custeou a parte financeira. Só ela me ajudou e sou grata a ela. Vou envelhecer sendo mulher e hoje sou feliz comigo mesma em tudo.

Já o itinerário de construção corporal de Walesca, nossa outra interlocutora, ocorreu em sua adolescência, entre seus 14 e 15 anos de idade, no período do ensino médio. Ela menciona que nesse momento começou a fazer uso de hormônios por conta própria. Destaca que não contou com a ajuda de familiares, apenas de uma amiga. Em relação a isso ela diz que:

Eu ia na esquina onde as “monas” ficavam e pedia para elas o nome da substância que elas utilizavam no corpo. Ia pra casa de uma amiga que era estudante de enfermagem, ela pesquisava sobre e depois aplicava em mim. Com o tempo eu já notava minhas pernas grossas, meu bumbum começou a crescer, um pouco de seio começou a surgir e eu fiquei assustada porque foi muito rápido. Mas, eu sabia que não podia interromper. Foi muita tensão quando percebi o crescimento do meu corpo. Busquei algo que aliviasse a minha tensão e foi aí que encontrei o Maracatu. Recorri a arte, a dança nesse momento de transição.

É importante destacar a procura pela arte por Walesca como forma de se sentir apoiada, aceita e acolhida durante a transformação corporal. Ela expõe que encontrou no Maracatu um espaço de acolhimento e respeito:

Eu via as “gays” dançando, as lésbicas tocando tambor, as trans querendo ser rainhas, as damas. O Maracatu não distinguia gênero, ali existiam jovens cearenses que queriam dançar, construir ritmos, coreografias para homenagear a cultura do

Maracatu. Passei oito anos dançando, desde o ensino médio até a graduação de pedagogia.

A transição corporal de Walesca foi marcada pela tentativa de bloqueio da sua expressão de gênero pelo seu pai e o silenciamento obrigado de sua mãe para não ser agredida por ele. No entanto, ela tinha o acolhimento de sua amiga e do Maracatu. É importante falar que neste período Walesca comprava os hormônios em farmácias, ela conseguia adquirir sem necessidade de receita. Com o dinheiro que adquiria das vendas dos produtos cosméticos ela comprava os hormônios, esse foi o ponto inicial para começar a sua auto-hormonização. Sendo pertinente destacar aqui os perigos dessa prática que pode levar a morte ou deixar sequelas.

A interlocutora em questão não teve sua saúde prejudicada, mas muitas pessoas trans perdem suas vidas ao adotarem práticas como estas sem o devido acompanhamento médico. O uso indiscriminado e sem orientação médica pode causar graves problemas para saúde em pessoas trans, pois são usados de forma errônea tanto os hormônios femininos quanto os hormônios masculinizantes. E mesmo que se pautem em experiências de outras que já usaram hormônios, isso não é garantia para que não cause problemas de saúde.

Walesca passou por diversos conflitos e desafios em sua trajetória. Ela explana que certa vez seu pai acabou vendo sua amiga aplicando o hormônio nela, gerando uma grande discussão. Percebe-se que a utilização de hormônios por conta própria foi a possibilidade que Walesca tinha no momento para alcançar as modificações corporais. E assim como ela, existem muitas outras que por não terem o apoio familiar, instrução adequada e recursos financeiros suficientes, acabam por adotar esta via.

Sendo assim, nos deparamos com uma questão pertinente sobre as pessoas trans. É desigual o acesso aos recursos para modificar seus corpos. Parte dessa população é atravessada por questões sociais como raça e sobretudo classe social. Nesse cenário a classe menos abastada, não consegue ter acesso a medicina privada, recorrendo ao sistema público de saúde. No entanto, as iniquidades quanto ao acesso e permanência do processo transexualizador do SUS, levam algumas pessoas a buscarem a auto hormonização e aplicações de silicone industrial, acarretando graves riscos a sua saúde (ROCON; SODRÉ & RODRIGUES, 2016).

Walesca diz que fez três anos de pausa da aplicação do hormônio e que só retornou quando ingressou na universidade. Nesse período, mais informada sobre o assunto, contou com o apoio de uma médica, passou por exames de endocrinologia e infectologia. Ela conta que aprendeu muito com mulheres que foram suas aliadas e a ensinaram sobre a importância de se ter um acompanhamento especializado na transição corporal.

O SUS garante a hormonioterapia e o processo de redesignação sexual estabelecido pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 (BRASIL, 2016). Pessoas trans com demandas para a realização do processo de redesignação sexual passam por componentes de atenção à saúde como a de atenção básica, que é a porta de entrada do(a) usuário(a) e depois encaminhado para atenção especializada. Que é um conjunto de inúmeros pontos de atenção com diferentes complexidades tecnológicas para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar (BRASIL, 2016).

Na atenção básica, pessoas trans passam por avaliações médicas e são encaminhadas para tratamentos e áreas médicas mais específicas e individualizadas. A atenção especializada é dividida em duas modalidades, a ambulatorial e hospitalar. Na ambulatorial é realizado acompanhamento psicoterápico e hormonização. E na hospitalar é realizada as cirurgias de modificação corporal e acompanhamento pré e pós-operatório. É essencial dizer que o processo de redesignação sexual é esterilizante, cabendo ao profissional de saúde falar sobre este efeito, assim como informar sobre os recursos existentes para conservação de óvulos ou espermatozoides se houver interesse da pessoa trans posteriormente ter filhos. Essa explicação ser feita pois, os direitos reprodutivos dessas pessoas devem ser respeitados (BRASIL, 2016).

O processo cirúrgico de redesignação sexual em mulheres trans, consiste na formação de uma vagina e na realização de cirurgias plásticas para construção dos pequenos e grandes lábios. A vagina é construída a partir do aproveitamento dos tecidos externos do pênis que recobrem as paredes da nova vagina. Os tecidos do escroto são utilizados para a construção dos grandes e pequenos lábios. Já o clitóris é produzido por meio de um pedaço da glândula. É indicado depois da cirurgia, fazer uso de uma prótese por um tempo para impedir que ocorra um estreitamento ou fechamento da vagina (REIDEL, 2013).

Em homens trans a cirurgia engloba histerectomia, mastectomia e construção do pênis. A histerectomia consiste na remoção do aparelho reprodutor e a mastectomia é a retirada dos seios. A cirurgia da construção do pênis é considerada mais complexa, uma vez que, as técnicas cirúrgicas ainda são consideradas de caráter experimental aqui no Brasil. Os tecidos musculares que são mais usados são os músculos da panturrilha, abdômen ou antebraço. Para a construção do escroto é utilizada a técnica de expansão dos grandes lábios. Por conta dos problemas que podem ocorrer no pós-operatório, como incontinência urinária ou a morte do pênis por necrose, muitos homens trans acabam optando somente pela histerectomia e mastectomia (REIDEL, 2013).

Os procedimentos mais buscados são a hormonização, seguidos de implantes de próteses mamárias e cirurgia genital em travestis e mulheres trans, bem como a mastectomia e histerectomia no caso dos homens trans. É importante dizer que essas pessoas esperam anos para conseguir esses procedimentos. As filas de acesso variam entre 10, 12 anos ou mais para a redesignação sexual (ANTRA, 2021).

A fila de espera para conseguir os procedimentos previstos no processo transexualizador dos SUS dura anos e essa não é a única dificuldade enfrentada. Além da demora, existe um congelamento dos gastos em saúde, há uma falta de investimentos, insuficiência de profissionais, hospitais e ambulatórios. Sem contar que durante a pandemia da COVID-19 houve uma paralização em cerca de 70% das cirurgias e atendimentos para pessoas trans. Existe um cenário de descaso, descuido, abandono e exclusão juntamente com a transfobia institucional e a invisibilidade de pautas importantes para população trans em espaços de discussão e construção sobre direitos sociais (ANTRA, 2021).

Todo esse contexto, leva grande parte da população trans a se submeter a modificações corporais inadequadas, sem nenhum tipo de planejamento. Assim, realizam procedimentos clandestinos e/ou hormonização sem acompanhamento médico especializado. Por conta dessa realidade, muitas pessoas trans são expostas, tendo poucas garantias satisfatórias quanto aos procedimentos e sem assistência adequada. Ficando à mercê de “profissionais” sem nenhum tipo de comprometimento com suas vidas (ANTRA, 2021).

Apesar de existir a Política Nacional de Atenção Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece o tratamento hormonal e cirúrgico para pessoas trans, a sua operacionalização não funciona de maneira eficiente. A falta de capacitação dos profissionais na atenção básica, porta de entrada para realização dos procedimentos de transformação corporal impede que muitas pessoas trans consigam acessar esse benefício. Muitos profissionais não são capacitados para lidar com este público, por isso não oferecem um atendimento digno, humanizado e respeitoso. Sendo assim, existe um descaso nos cuidados da saúde específica da população trans (ANTRA, 2021).

Pessoas trans enfrentam péssimos índices de acesso à saúde e aos cuidados relacionados à transição ou à saúde específica. Se deparam com uma formação médica incapacitada para o cuidado dos seus corpos, e ainda sofrem transfobias institucionais nas unidades de saúde que não respeitam a sua identidade de gênero e nome social. Tudo isso, repercute no afastamento dessa população que acaba não buscando pelos cuidados em saúde (ANTRA, 2021).

Se a política fornecida pelo SUS na prática funcionasse de forma eficiente, vidas trans não seriam ceifadas por buscarem procedimentos clandestinos muitas vezes em clínicas que são conhecidas por pessoas trans pelo baixo preço oferecido e pelo acesso facilitado em virtude da pouca rigurosidade no processo pré e pós cirúrgico. Nessas clínicas não existe fiscalização, mas divulgam procedimentos satisfatórios em suas propagandas. Escondem erros médicos, silenciam e ignoram pacientes que enfrentam problemas advindos de tais procedimentos (ANTRA, 2021).

A partir de tudo que já foi exposto, é urgente a ampliação da discussão sobre a garantia do acesso e cuidados com a saúde da população trans. Sendo necessário fazer parte do cotidiano de gestores, parlamentares, trabalhadores da saúde e da sociedade em geral a construção de estratégias de acolhimento, melhorias nos serviços e expansão da rede de cuidados. É preciso fornecer de maneira eficiente formação médica especializada, capacitação das equipes técnicas e unidades de saúde para um melhor atendimento às pessoas trans. É indispensável a luta por um SUS universal, equânime e integral não só no papel, mas na prática, no dia-a-dia de todos (ANTRA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo conteúdo que foi abordado ao longo dessa escrita, esta pesquisa tratou as diferentes formas de violências sofridas por pessoas trans dentro de espaços educativos, levando em conta outros âmbitos importantes de socialização. Vimos o quanto as relações dentro das escolas e nas universidades são marcadas por tensões quando essas pessoas expressam sua identidade de gênero. Foi mostrado que o movimento desses corpos no âmbito educativo gera um desconto, um incômodo que se materializa em um conjunto de opressões que dificultam sua permanência desde o nível básico da educação ao nível superior. Tentou-se compreender como pessoas trans lidam com as violências e sobrevivem a esses locais que geram grande sofrimento em virtude da sua hostilidade.

Transgêneros lutam todos os dias por sua sobrevivência dentro da sociedade marcada pela cis-heteronormatividade. Lutam pelo seu direito de existir e resistem a uma cisgeneridade instituída como norma, precária e doente, fruto de uma herança colonial. Os dados não negam, apesar do governo brasileiro não evidenciar isso no censo demográfico, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans.

A negligência começa aí, o censo do Brasil não realiza levantamento de violências contra a população LGBTQIA+. Isso só é notificado por associações como a ANTRA. Ao não

apurar, trazendo para a arena pública essas violências, a sociedade perde a oportunidade de refletir, debater e enfrentar de forma geral este problema. Ao ignorar as opressões, automaticamente se firma um pacto de não dar a devida importância para essas vidas. Vidas estas, que o poder público ignora por desobedecer às normas da estrutura, por desviar daquilo que se considera normal e moral dentro da sociedade.

Assim, a transfobia acontece de forma estrutural e institucionalizada. As violências ocorrem em escolas, hospitais, nas ruas, em estabelecimentos como supermercados, shoppings, restaurantes e até mesmo dentro de suas próprias casas. Foi notado que confrontar essa estrutura todos os dias se torna algo cruel, torturante, mas necessário. Este trabalho evidenciou o quanto é importante pessoas trans estarem presentes em locais onde não se espera que estejam.

A presença de trans para além das calçadas, aponta para uma mudança. Infelizmente não se trata de uma mudança quanto a consciência crítica social em acolher trans e não reproduzem violências, permitindo que essas pessoas vivam suas vidas. Mas, uma mudança em relação as próprias pessoas trans por conseguirem resistir as perseguições sociais, acessando locais de poder e prestígio. As novas gerações trans estão cada vez mais conscientes dos seus direitos e se movimentam em rede. Se articulam, se empoderam e estão cada vez mais atentas/os as opressões que lhe ocorrem.

De forma ativa estão sempre debatendo seja nas redes sociais ou em seus trabalhos acadêmicos, ou em seus livros, levando sempre a discussão sobre transfobia, transfeminismo, e outros temas relacionados a diversidade de gênero. Estão galgando diversos espaços, principalmente as academias. Conseguindo transpor as barreiras do sistema opressor educacional através de estratégias de resistência. Pessoas trans estão se articulando tanto no espaço escolar quanto no universitário, e de forma ativa e persistente se inserem em atividades para serem vistos/as, ou promovem atividades que possam evidenciar suas presenças. Persistem para que seus nomes sociais sejam respeitados assim como a utilização do banheiro conforme o gênero identificado.

Travestis, mulheres transexuais, homens trans e transgêneros, embora ainda seja uma parcela pequena, estão se graduando e pós-graduando. Se tornando Mestres, Doutores e trabalhando em locais de grande importância e notoriedade. E evidenciam por onde passam sua força, suas lutas e sobretudo mostram que suas vidas importam. Por fim, é relevante dizer que a opressão precisa acabar, e que comece pelo âmbito da educação. Espaços educativos precisam passar por um processo de transformação, uma vez que, a própria educação precisa desobedecer ao modelo educacional colonial. Abolindo práticas cissexistas, cisnormativas e ciscolonialistas

que foram e são ensinadas. Só assim, partindo de uma educação decolonial e libertadora poderemos construir uma sociedade em que todes possam existir.

Não há vida sem correção, sem retificação
(PAULO FREIRE)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neil Franco Pereira. **Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION - APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Thaís C. Oliva Rufino & ANDRADE, Paulo A. Rufino de. Processo Transexualizador no SUS: Um mecanismo de garantia da inclusão e plena dignidade de transgêneros e travestis. Universidade Santa Cecília: **Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação – VI ENPG Vol.1**, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unisanta.br/index.php/ENPG/article/view/1104>>. Acesso em: 05/02/2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Direito Política e Violência**. Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/noticias/>. Acesso em: 15/05/2020.

_____. **Boletim nº 02/2020 – Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 15/05/2020.

_____. **Denúncia Cartórios**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/denunciacartorios/>. Acesso em: 20/04/2020.

_____. **Nota pública da ANTRA em luto por Lorena Muniz e sobre a saúde trans**. Brasil, 21 de fevereiro, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/category/saude/>. Acesso em: 25/10/21.

A TARDE. **Mulheres trans lutam e reivindicam espaços no mercado de trabalho**. Bahia, 15 de Março, de 2020. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2122896-mulheres-trans-lutam-e-reivindicam-espacos-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 20/05/2020.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “A diferença trans no gênero para além da patologização”. **Revista Periodicus**, Salvador, n. 5, p. 87-100, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. – Brasília: 1. ed, 1. Reim. – Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Decreto Nº 8.726, de 28 de abril de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em: 30/03/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, DF: o autor. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf, (2014), Acesso em: 15/09/21.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica 18/2014**. Acesso em: 15/09/21. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/setembro/24/NOTA-TECNICA-NOME-SOCIAL-18-2014.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. (2016). **Campanha cuidar bem da saúde de cada um, faz bem para todos, faz bem para o Brasil**. Cartilha LGBT- Saúde Trans. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf>. Acesso em: 15/09/21.

BRAZ. C. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cad Saúde Pública** 2019.

BENEDETTI, Marcos. **Entre a batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição**. 2004. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13244484-A-batalha-e-o-corpo-breves-reflexoes-sobre-travestis-e-prostituicao.html>. Acesso em: 19/03/2020.

_____. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENJAMIN, Harry. Eu quero mudar meu sexo. In: CAPRIO, Frank. S. (org.), **Tudo sobre o sexo**. São Paulo, Ibrasa, 1966.

_____. **Transexualismo e travestismo**. In: CAPRIO, Frank. S. (org.), **Tudo sobre o sexo**, São Paulo, Ibrasa, 1966.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense. 2008.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2011.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 84p. ISBN: 978857743385-8.

BERTAUX, D. “El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades”. In *proposiciones*, 29 (4): 1-23. 1999 [1980].

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. “L’illusion biographique”. In *actes de la recherche en sciences sociales* 62-63, 1986.

BUSIN, Valéria Melki. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis**. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **El género em disputa**. El feminismo y la subversión de la identidad.

Traducción Ma. Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós, 2008.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. Tá lá o corpo estendido no chão...: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**, v. 16, n 2, p. 233 – 249, 2006.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans,” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cad. Pagu** [online]. 2018, n.52, e185211. Epub May 03, 2018. ISSN 0104-8333.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). **Revista brasileira de História** [online], 2001, vol.21, no.41.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Boston: UnwinHyman, 1990.

COSTA, N.; ROSSETTIR, F, M. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 22, n. 1, p. 111-118, 2009

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM Nº 2.265, de 2019**. Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28561:2020-01-09-15-52-08&catid=3. Acesso em: 30/03/2020.

DAS, Veena. “Fronteiras, violência, e o trabalho do tempo: alguns dilemas wittgensteinianos”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 14 (40): 31-42, 1999.

EL PAÍS. **Em decisão histórica, STF derruba restrição de doação de sangue por homossexuais**. São Paulo, 08 de Maio, de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-08/em-decisao-historica-stf-derruba-restricao-de-doacao-de-sangue-por-homossexuais.html>. Acesso em: 11/05/2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Ao menos 12 universidades Federais do país tem cotas para alunos trans**. São Paulo, 20 de Maio, de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 03/06/2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984. cap. 15, p. 229-42: não ao sexo rei.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Trad. M.T.C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRAZÃO, Pedro. ROSÁRIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. **Análise Psicológica**, vol.1, n, 26, pp. 25-45, 2008.

GARCIA, M. R. V. “Homofobia e Heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo”. **Anais do IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://nepaids.vitis.uspnet.usp.br/wp-content/uploads/2010/04/13.pdf> Acesso em: 25/06/2021.

GUÉRIOS, P. R. **O Estudo de Trajetórias de Vida nas Ciências Sociais: Trabalhando Com as Diferenças de Escalas**. UFPR. Campos 12 (1): 9-29. 2011.

JAGOSE, Annamarie. **Queer theory: an introduction**. Melbourne: Melbourne University Press, 1996.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

_____. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 6., 2012, Salvador. **Anais**, Salvador: ABEH, 2012. 15 p.

KULLICK, Don. **Travestis: Prostituição, Sexo, Gênero e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2008. 280 páginas. Tradução: César Gordon.

LANZ, L. (2014). O corpo da roupa: **A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

LEITE, Junior Jorge. “**Nossos corpos também mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Flor de açafrão**. Takes Cuts Close-ups. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção Especializada e Hospitalar**. Acesso e Regulação. 03 julho, 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transsexualizador-no-sus/acesso-e-regulacao>. Acesso em: 14/02/2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença corona vírus (COVID-19)**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 28/04/2020.

MONZELI, Gustavo Artur. **Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2013. 89 p.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: **Instituto de Inovação Educacional**. Vidas de professores. Porto, Portugal: Porto Editora, 2 ed. 1995.

OLIVEIRA, N. M. ; **Damas de paus: O jogo aberto dos travestis no espelho da mulher** . 1. ed. Salvador - Bahia: EEFUBa, 1994. v. 1. 150p.

PARSONS, T.; BALES, R.F. **Family, socialisation and interaction process**. London: Routledge, 1955.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo da AIDS**. 2007. 312 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2007.

PEREIRA, L. B. C & CHAZAN, A. C. S. O acesso das pessoas transexuais e travestis a atenção primária a saúde: Uma revisão integrativa. **Rev Bras Med Fam Comunidade**. 2019; 14 (41): 1795.

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 261-277, dez. 2011.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RESOLUÇÃO CFP Nº 1, de 22 de março de 1999. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

RESOLUÇÃO CFP Nº 1, de 29 de janeiro de 2018. **Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

ROCON, P.C.; SODRÉ, F.; RODRIGUES, A. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: análise sobre a política pública. **Katalysis**, v. 19, n. 2, p. 260-269, 2016b.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, Rayna (ed.) **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly. Review Press, 1975.

SANTOS, Thais Felipe Silva dos; MARTINELLI, Maria Lúcia. A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 142-160, abr. 2019.

SILVA, H. R. **Travestis: entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

_____. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SILVA, R. G. L. B. da; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. de. Os impactos das identidades travestis e transexuais na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 26, n. 3, 2015.

SIMMEL, G. **Soziologie**: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. [1908] Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992. (Gesamtausgabe, v. 11).

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Disforia de Gênero**. Guia Prático de Atualização, Nº 4, Junho de 2017. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_Disforia_de_Genero.pdf>. Acesso em: 06/02/2020.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, V.3, P 11-27, 1994.

SOLIVA, T. B., & Silva Junior, J. B. (2014). Entre revelar e esconder: Pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, (17), 124-148. doi: 10.1590/1984-6487.sess.2014.17.08.a

STOLLER, Robert. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

TORRES, M. A.; PRADO, M. A. M. Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação e Realidade**, v. 39, p. 201-220, 2014.

TORRES, M. A. **A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas**. [Doutorado em Psicologia]. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil, ano de obtenção 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **UFRB aprova políticas de ações afirmativas para a pós-graduação**. 14 de Março, de 2018. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/5058-ufrb-aprova-politica-de-acoes-afirmativas-para-a-pos-graduacao>. Acesso em: 04/06/2020.

VASCONCELOS, R. F. Homens Com T Maiúsculo. **Processos de Identificação e Construção do Corpo nas Transmasculinidades e Transversalidade da Internet**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2014.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador, 2016. Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

BLOCO 01: Começos...

- 1- Você pode se apresentar para mim? Fala seu nome, idade, o que faz, como você classifica sua cor?
- 2- Fale um pouco como se deu essa coisa de se sentir diferente. Quando isso começou?
- 3- Você contou com algum apoio (uma amiga, prima...) nesse momento?
- 4- Houve rejeição de alguém importante pra você nesse momento?
- 5- Você procurou amigos iguais a você? *Caso sim, invista em perguntas que revelem a forma como eram organizadas essas amizades e os espaços de sociabilidade que produziam.*
- 6- Você buscou compartilhar com seus familiares que se sentia diferente?
- 7- Como você se sentiu ao perceber que não era uma pessoa cisgênero?

BLOCO 02: Formação escolar e universitária

- 8- Fale um pouco da sua vivência na escola. Já passou por alguma experiência de violência nesse espaço?
- 9- Você acha que a sua escola silenciava essas violências?
- 10- Em algum momento pensou em desistir de estudar?

- 11- Como foi esse percurso da escola até a universidade?
- 12- Conte como foi sua experiência em ingressar em um curso de graduação.
- 13- Existiam outros alunos trans em sua turma? Se não, conte como lidava com o fato ser a única pessoa trans naquele ambiente.
- 14- Você sofreu transfobia ou outro tipo de violência no período de graduação? conte como foi e como lidava com isso.
- 15- Durante a graduação você participava de grupos de estudos, atuava desenvolvendo alguma pesquisa?
- 16- A instituição de ensino que se formou lhe ofereceu apoio para sua permanência universitária?
- 17- Fale um pouco de sua experiência na pós-graduação.
- 18- Participou de movimento estudantil?
- 19- Durante sua formação universitária você se engajou em grupos LGBTQIA+?
- 20- Foi bolsista ou precisou trabalhar?

BLOCO 03: Mudanças corporais

- 21- Me conte como foi o seu acesso ao processo de transformação corporal?
- 22- A sua transformação corporal se deu antes ou depois da entrada no ensino superior?

23- Como você vivenciou emocionalmente falando, o seu processo de transição corporal?

24- Quem mais te apoio no processo de transição corporal?